

**DECRETO Nº 7.675 DE 15 DE SETEMBRO DE 1999**

(Publicado no Diário Oficial de 16/09/1999)

**Procede à Alteração nº 12 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS 1/99, 4/99, 5/99, 8/99, 14/99, 15/99, 16/99, 20/99, 26/99, 28/99, 29/99, 30/99, 31/99, 32/99, 34/99, 35/99, 36/99, 43/99, 44/99 e 50/99, nos Protocolos ICMS, 3/98, 8/99 e 15/99 e na Lei nº 7.438/99,

**DECRETA**

**Art. 1º** Passam a vigorar com a redação abaixo, os seguintes dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997:

*"Art. 14. ....*

*II - de 01/10/91 até 30/4/2001, nas saídas de bulbos de cebola, desde que (Conv. ICMS 58/91, 148/92, 151/94, 121/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*III - de 27/8/91 até 30/4/2000, nas saídas internas e interestaduais de polpa de cacau (Conv. ICMS 39/91, 148/92, 124/93, 22/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*V - de 04/10/93 até 30/4/2000, nas saídas de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dentro do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos no Nordeste Semi-Árido (PRODEA), quando doados à SUDENE para serem distribuídos às populações alistadas em frentes de emergência constituídas no âmbito do Programa de Combate à Fome no Nordeste (Conv. ICMS 108/93, 124/93, 68/94, 22/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*X - de 24/4/92 até 30/4/2001, nas entradas, do exterior, de reprodutores ou matrizes de caprinos de comprovada superioridade genética, quando a importação for efetuada diretamente por produtores (Conv. ICMS 20/92, 121/95 e 5/99); (NR)*

*XI - nas operações internas e interestaduais com embrião ou sêmen congelado ou resfriado de bovino, de ovino ou caprino (Conv. ICMS 70/92 e 36/99); (NR)*

*XIV - de 19/12/92 até 30/4/2001, nas saídas internas e*

*interestaduais de pós-larvas de camarão (Convs. ICMS 123/92, 148/92, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*Art. 17. ....*

*III - de 01/1/91 até 30/4/2001, nas entradas dos remédios abaixo relacionados, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Convs. ICMS 41/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95 e 5/99); (NR)*

*Art. 18. ....*

*IV - de 21/8/92 até 30/4/2001, nas saídas internas e interestaduais decorrentes de doações de mercadorias efetuadas por contribuintes do imposto às Secretarias de Educação, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino (Convs. ICMS 78/92, 124/93, 22/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*VIII - de 01/7/98 até 30/4/2001, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doação a órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios ou às entidades assistências reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE, não sendo aplicável, o benefício, às saídas promovidas pela CONAB (Convs: ICMS 57/98, 117/98 e 5/99); (NR)*

*IX - nas saídas internas e interestaduais efetuadas diretamente pelos fabricantes ou suas filiais decorrentes de doação de microcomputadores usados (semi-novos) para escolas públicas especiais e profissionalizantes, associações destinadas a portadores de deficiência e comunidades carentes (Conv. ICMS 43/99).*

*Art. 19. ....*

*§ 1º A movimentação de "paletes" e "contentores" de propriedade de empresa indicada no Anexo do Convênio 44/98, por mais de um estabelecimento, ainda que efetuada por terceira empresa, antes de retornar ao estabelecimento do qual tenham originalmente saído, terá o mesmo tratamento previsto no "caput" deste artigo, desde que (Convs. ICMS 44/98 e 4/99) (NR):*

*I - os "paletes" e "contentores" contenham o logotipo da empresa à qual pertençam e estejam pintados na cor escolhida*

*pela empresa, conforme Anexo do Convênio, excetuando-se, quanto à exigência da cor, os “contentores” utilizados no setor hortifrutigranjeiro;*

*II - a remessa, efetuada pela proprietária dos “paletes” e “contentores”, esteja amparada pela isenção prevista neste artigo;*

*III - a movimentação esteja relacionada com a locação dos “paletes” e “contentores”, inclusive o seu retorno ao local de origem ou a outro estabelecimento da empresa proprietária.*

*§ 2º As Notas Fiscais, emitidas para a movimentação dos “paletes” e “contentores” a que se refere o parágrafo anterior, serão lançadas nos livros próprios de entrada e de saída de mercadorias com utilização apenas das colunas “Documento Fiscal” e “Observações”, indicando-se nesta a expressão “Paletes” da empresa (a proprietária)” e, além dos requisitos exigidos, deverão conter (Convs. ICMS 44/98 e 4/99): (NR)*

*I - a expressão “Regime Especial - Convênio ICMS 4/99”;*

*II - a expressão “Paletes ou Contentores de Propriedade da Empresa ....(nome)”.*

*§ 3º Para os fins do disposto no § 1º, considera-se como (Convs. ICMS 44/98 e 4/99): (NR)*

*I - “palete”, o estrado de madeira, plástico ou metal destinado a facilitar a movimentação, armazenagem e transporte de mercadorias ou bens;*

*II - “contentor”, o recipiente de madeira, plástico ou metal destinado ao acondicionamento de mercadorias ou bens, para efeito de armazenagem e transporte, que se apresenta nas formas a seguir:*

*a) caixa plástica ou metálica, desmontável ou não, de vários tamanhos, para o setor automotivo, de produtos químicos, alimentícios e outros;*

*b) caixa plástica ou metálica, desmontável ou não, de vários tamanhos, específica para o setor hortifrutigranjeiro;*

*c) caixa “bin” (de madeira, com ou sem “palete” base específica para frutas, hortaliças, legumes e outros).*

*§ 4º A empresa proprietária manterá controle da movimentação*

*dos “paletes” e “contentores” com indicação mínima da quantidade, tipo e do documento fiscal correspondente, bem como do estoque existente em seus estabelecimentos e de terceiros e fornecerá, ao fisco estadual, quando solicitado, o demonstrativo de controle previsto neste parágrafo, em meio magnético ou em outra forma que lhe for exigida (Conv. ICMS 4/99).*

*Art. 21. ....*

*II - até 30/4/2001, nas saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, para estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor autorizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo que o trânsito destas mercadorias até o estabelecimento destinatário deverá ser acompanhado por Nota Fiscal emitida por este, como operação de entrada, dispensando o estabelecimento remetente da emissão de documento fiscal (Conv. ICM 37/89 e Convs. ICMS 25/89, 29/89, 118/89, 3/90, 96/90, 80/91, 151/94, 76/95, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*Parágrafo único. ....*

*II - a eficácia desta isenção dependerá, no mínimo, da observância de uma das seguintes condições: (NR)*

*a) do recebimento, pela Bahia, dos dados requeridos na cláusula terceira do Protocolo ICMS 8/96, a serem fornecidos pela COTEPE/ICMS, anualmente, até o dia 30 de novembro;*

*b) da publicação no Diário Oficial da União pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, anualmente, até 15 de dezembro, da cota de óleo diesel que couber ao beneficiário, na forma disposta no Decreto Federal nº 2.302, de 14 de agosto de 1997 e na Portaria nº 457, de 12 de novembro de 1997, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento.*

*Art. 24: ....*

*II - de 20/9/91 até 30/4/2001, nas saídas internas e interestaduais e nas entradas, do exterior, dos equipamentos e acessórios a seguir especificados, desde que atendidas as disposições previstas neste inciso (Convs. ICMS 38/91, 80/91, 124/93, 121/95 e 5/99): (NR)*

*III - de 17/8/99 até 31/10/99, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, com até 1000 cilindradas de potência, que se destinar a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de deficiência física,*

*impossibilitado de utilizar o modelo comum, nos termos estabelecidos na legislação estadual, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99): (NR)*

*a) .....*

*3 - comprovação de sua capacidade econômico-financeira (Conv. ICMS 35/99);*

*d) ressalvados os casos excepcionais em que ocorrer a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, a isenção somente será reconhecida se o beneficiário não tiver adquirido, nos últimos 3 (três) anos, veículo com o tratamento fiscal previsto neste inciso ou no Decreto n.º 7.612, de 18 de junho de 1999; (NR)*

*f) não será acolhido, para efeito deste inciso, o laudo previsto no item 2, da alínea "a", que não contiver detalhadamente todos os requisitos exigidos pelo mencionado dispositivo (Conv. ICMS 35/99).*

*Art. 27. ....*

*II - .....*

*b) de 02/12/94 até 30/4/2001, aquisição de máquinas, aparelhos, equipamentos, implementos e bens destinados ao uso ou ativo imobilizado de estabelecimentos industriais ou agropecuários, para serem empregados na implantação ou ampliação da planta de produção, devendo o benefício, contudo, ser reconhecido, caso a caso, por ato do Diretor de Tributação, em face de análise técnica dos motivos apresentados pelo interessado (Convs. ICMS 55/93, 96/94, 151/94, 102/96, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*§ 3º Será dispensado o reconhecimento de que trata a alínea "b", do inciso II, deste artigo quando o contribuinte tiver obtido aprovação técnica para fruição de benefício fiscal concedido por este Estado, através de programa especial, desde que esta aprovação esteja vinculada a projeto de implantação ou ampliação da empresa.*

*§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o contribuinte deverá manter cópia do Diário Oficial do Estado em que foi publicada a resolução de aprovação do projeto, para apresentação ao fisco, quando solicitado.*

*Art. 28. ....*

*V - até 30/4/2001, nas entradas, no estabelecimento do importador, de mercadorias importadas do exterior a serem utilizadas no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados de sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou recondicionamento, desde que as importações sejam realizadas por órgãos ou entidades de hematologia e hemoterapia dos governos federal, estadual ou municipal, sem fins lucrativos, e desde que tais importações sejam feitas com isenção ou com alíquota zero do Imposto sobre a Importação (Convs. ICMS 24/89, 110/89, 90/90, 80/91, 124/93, 121/95 e 5/99); (NR)*

*VII - de 27/12/89 até 30/4/2000, nas entradas, no estabelecimento do importador, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social observado o seguinte (Convs. ICMS 104/89, 8/91, 80/91, 124/93, 68/94, 121/95 e 20/99); (NR)*

*e) a inexistência de produto similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território nacional. (Conv. ICMS 20/99);*

*X - de 24/6/92 até 2/1/98 e de 1º/5/98 até 31/12/99, no desembaraço aduaneiro decorrente da importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, todos sem similar nacional, efetuada por empresa jornalística ou editora de livros destinados a emprego exclusivo no processo de industrialização de livros, jornal ou periódico ou efetuada por empresa de radiodifusão, para emprego exclusivo na geração, emissão, recepção, transmissão, repetição, ou ampliação de sinais de comunicação, desde que (Convs. ICMS 53/91, 19/92, 21/95, 26/98, 131/98 e 44/99): (NR)*

*XIII - até 31/12/00, nas entradas, no estabelecimento do importador, de bens procedentes do exterior e destinados à implantação de projetos de saneamento básico pelas companhias estaduais de saneamento, importados como resultado de concorrência internacional com participação de indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de*

*divisas conversíveis provenientes de contrato de financiamento a longo prazo celebrado com entidades financeiras internacionais, desde que isentos do Imposto sobre a Importação ou do IPI ou tributados com alíquota zero desses tributos (Convs. ICMS 42/95, 61/98 e 34/99); (NR)*

Art. 29. ....

V- .....

*a) de 21/8/92 até 30/4/2001, nas Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá (Convs. ICMS 52/92, 74/92, 127/92, 124/93, 63/94, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*b) de 01/10/92 até 30/4/2001, nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 63/94, 124/93, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*c) de 04/1/94 até 30/4/2001, na Área de Livre Comércio de Guajará Mirim, no Estado de Rondônia (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 146/93, 63/94, 22/95, 45/95, 20/97, 37/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*d) de 22/4/94 até 30/4/2001, na Área de Livre Comércio de Tabatinga, no Estado do Amazonas (Convs. ICMS 127/92, 9/94, 63/94, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*f) de 08/1/97 até 30/4/2001, nas Áreas de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul e Brasília, com extensão para o Município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 63/94, 22/95, 116/96, 20/97, 37/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

Art. 30. ....

*III - de 07/7/93 até 30/4/2001, as prestações internas de serviços de transporte de calcário, desde que vinculados a programas estaduais de preservação ambiental (Convs. ICMS 29/93, 151/94, 102/96, 23/98 e 5/99); (NR)*

Art. 32. ....

*III - até 30/4/2001, nas saídas internas com veículos e equipamentos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros Militar (Convs. ICMS 62/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*IV - de 24/5/95 até 30/4/2000, nas saídas internas de veículos automotores, máquinas e equipamentos, quando adquiridos pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, devidamente constituídos e reconhecidos de utilidade pública através de lei municipal, para utilização nas suas atividades específicas, sendo que (Conv. ICMS 32/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*VIII - até 30/4/2001, nas saídas efetuadas pela Fundação Pró-TAMAR com produtos que objetivem a divulgação das atividades preservacionistas vinculadas ao Programa Nacional de Proteção às Tartarugas Marinhas (Conv. ICMS 55/92, 25/93, 151/94, 102/96 e 5/99); (NR)*

*IX - de 08/1/97 até 30/4/2001, nas operações, bem como nas prestações de serviços de transporte, relativas a mercadorias destinadas ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal Estadual, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Conv. ICMS 94/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*XV - até 30/4/2001, nas saídas, nas entradas decorrentes de importação e nas remessas ou transferências de Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que o benefício fica condicionado à concessão de isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados, de competência da União (Conv. ICMS 75/97 e 5/99); (NR)*

*XVI - até 30/4/2001, nas operações com os produtos e equipamentos abaixo relacionados, utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação, quando destinados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como a suas autarquias e fundações (Conv. ICMS 84/97 e 5/99): (NR)*

*XVII - até 31/12/1999 nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Conv. ICMS 116/98); (NR)*

*XVIII - de 02/1/98 até 30/4/2000, nas operações com os*



*equipamentos e acessórios para aproveitamento das energias solar e eólica a seguir indicados, desde que beneficiadas com isenção ou tributadas com alíquota zero do IPI (Convs. ICMS 101/97, 23/98, 46/98 e 5/99): (NR)*

*XIX - de 02/1/98 até 30/4/2001, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao “Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários” instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Convs. ICMS 123/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*XX - de 26/03/99 até 31/12/99, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99 e 5/99):*

*Art. 51. ....*

*§ 3º ....*

*b) fubá de milho: fubá de milho propriamente dito, fubá ou flocos de milho pré-cozido, creme de milho e flor de milho. (NR)*

*Art. 73. ....*

*§ 2º ....*

*II - ....*

*a) somente se adotará a pauta fiscal nas operações de saída efetuadas por estabelecimentos classificados no código de atividade 2010-9/00 - desdobramento de madeira; (NR)*

*Art. 75. Até 30/4/2001, é reduzida a base de cálculo das operações com as mercadorias abaixo listadas, de forma que a carga tributária seja equivalente a 4% (quatro por cento) (Conv. ICM 22/89 e Convs. ICMS 25/89, 30/89, 81/89, 13/90, 98/90, 75/91, 148/92, 124/93, 121/95, 14/96, 45/96, 80/96, 121/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*§ 2º O benefício previsto neste artigo será aplicado*

*exclusivamente às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, e às importadoras de material aeronáutico, relacionadas em portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica na qual deverão ser indicados, obrigatoriamente (Convs. ICMS 75/91, 14/96 e 32/99): (NR)*

*I - em relação a todas as empresas, o endereço completo e os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS);*

*II - em relação às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização e às importadoras, os produtos que cada uma delas está autorizada a fornecer em operações alcançadas pelo benefício fiscal;*

*III - em relação às oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, a indicação expressa do tipo de serviço que estão autorizadas a executar.*

*Art. 76. ....*

*§ 1º De 01/1/98 até 26/5/99 e de 17/8/99 até 31/10/99, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões, para ônibus e para microônibus, observado o seguinte (Convs. ICMS 129/97, 23/98, 26/99 e 50/99): (NR)*

*IV - a concessão do presente benefício condiciona-se também a não utilização, por parte do contribuinte substituído, de qualquer crédito fiscal sob alegação de diferença do imposto entre o “preço base de cálculo” e o preço praticado (Conv. ICMS. 50/99).*

*§ 2º De 01/1/98 até 26/5/99 e de 17/8/99 até 31/10/99, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups", "trolebus" e outros veículos, observado o seguinte (Convs. ICMS 129/97, 23/98, 26/99 e 50/99): (NR)*

*VII - a concessão do presente benefício condiciona-se também a não utilização, por parte do contribuinte substituído, de qualquer crédito fiscal sob alegação de diferença do imposto entre o “preço base de cálculo” e o preço praticado (Conv.*

*ICMS. 50/99).*

*§ 3º De 01/1/98 até 31/12/00, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de motocicletas e ciclomotores, observado o seguinte (Convs. ICMS 52/93 , 129/97, 23/98, 28/99 e 34/99): (NR)*

*§ 6º A partir de 1º/09/99 nas operações interestaduais com veículos automotores destinadas a não-contribuintes, relacionadas nos §§ 1º e 2º deste artigo, será adotada o mesmo tratamento tributário previsto naqueles dispositivos (Conv. ICMS 50/99).*

*Art. 77. ....*

*I - de 02/11/91 até 30/04/2001, nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais arroladas no Anexo 5, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Convs. ICMS 52/91, 87/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*II - de 02/11/91 até 30/4/2001, nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no Anexo 6, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Convs. ICMS 52/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98 e 5/99): (NR)*

*Art. 80. ....*

*I - 52%, quando: (NR)*

*a) destinada às classes de consumo industrial e rural;*

*b) destinada à atividade hoteleira, excetuada a atividade de motel, enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5511-5/03 e 5512-3/03;*

*c) destinada à atividade hospitalar enquadrada na CNAE-Fiscal sob o código 8511-1/00.*

*Art. 82. ....*

*I - de 09/2/93 até 30/4/2001, nas saídas internas de diamantes e esmeraldas classificados nos códigos 7102, 7103.10 e 7103.91 da NBM/SH, calculando-se a redução em 91,67% (noventa e um inteiros e sessenta sete centésimos por cento) (Convs. ICMS 155/92, 124/93, 22/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e*

5/99); (NR)

Art. 87. ....

*I - de 18/8/94 até 30/4/2000, das operações internas e interestaduais com o produto N-Dipropilamina (D.P.A.), classificado no código 2921.19.22 da NBM/SH, desde que destinado à produção de herbicidas, calculando-se a redução de 100% (cem por cento) (Convs. ICMS 59/94, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*IV - até 30/9/99, das operações internas com ferros e aços não planos a seguir indicados, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação (Convs. ICMS 33/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 5/99 e 34/99): (NR)*

Art. 93. ....

*I - .....*

*f) de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos e fluidos, desde que efetivamente utilizados na prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual; (NR)*

Art. 96. ....

*VI - até 30/4/2001, aos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se o crédito presumido de 58,824% nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e de 41,666% nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria, realizada neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Convs. ICMS 39/93, 151/94, 102/96 e 5/99): (NR)*

*XVIII - a partir de 01/07/99 aos fabricantes de leite de coco e coco ralado, equivalente a 80% (oitenta por cento) do imposto incidente nas saídas desses produtos, com a ressalva de que o crédito presumido constitui opção do contribuinte em substituição à utilização de quaisquer outros créditos fiscais vinculados às saídas dos produtos mencionados.*

Art. 103. ....

*III - até 30/4/2001, às entradas de energia elétrica, bem como de mercadorias e serviços utilizados na sua produção, quando*

*ocorrer operação de que decorra a saída daquela mercadoria para outra unidade da Federação, destinada a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, com não-incidência do imposto, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 6º (Conv. ICM 66/88 e Convs. ICMS 82/96, 118/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98 e 5/99); (NR)*

*Art. 104. ....*

*VIII - ....*

*b) de 02/1/98 até 30/4/99 e de 17/8/99 até 31/10/99, na produção de veículos automotores destinados a paraplégicos ou a portadores de deficiência física, objeto da isenção de que cuida o inciso III do art. 24 (Convs. ICMS 102/97, 23/98 e 35/99); (NR)*

*XX - às entradas de mercadorias ou dos respectivos insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas às isenções previstas no inciso XX do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS. 1/99 e 5/99).*

*Art. 125. ....*

*III - ....*

*f) ....*

*2 - de tábuas, barrotes, ripas, ripões, compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas, quando efetuada por estabelecimento classificado no código de atividade 2010-9/00 - desdobramento de madeira, mediante documento de arrecadação ou Certificado de Crédito emitido pela repartição fazendária; (NR)*

*§ 1º Nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente e não sendo possível, por qualquer motivo, a sua cobrança do sujeito passivo por substituição na forma da alínea "b" do inciso II, poderá ser emitida Termo de Intimação para Pagamento de Débito em nome do destinatário, no sentido de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto, na forma, prazo e condições estabelecidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, sendo que: (NR)*

*III - iniciado o procedimento fiscal, o Auditor Fiscal anexará o*

*processo originário ao Termo de Intimação para Pagamento de Débito e, se for o caso, ao subsequente Auto de Infração, a menos que o mesmo tenha sido incorporado fisicamente ao processo judicial ou requisitado por autoridade do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo. (NR)*

*Art. 133. ....*

*I - no caso de débito exigido em decorrência de ação fiscal, o pagamento será feito dentro do prazo fixado no Termo de Intimação para Pagamento de Débito ou no Auto de Infração; (NR)*

*Art. 152. ....*

*§ 5º ....*

*V - empresas prestadoras de serviços de telecomunicação relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 (art. 569) (Convs. ICMS 126/98 e 30/99); (NR)*

*Art. 161. ....*

*§ 6º Tratando-se de alteração efetuada em decorrência de mudança de endereço, se o contribuinte permanecer no âmbito da mesma circunscrição fiscal, também será exigida a vistoria prevista no art. 156.*

*Art. 164. Fica dispensado a formalização da paralisação temporária nos termos do artigo anterior, em se tratando de contribuinte inscrito na condição de ambulante ou contribuinte especial inscrito com CPF. (NR)*

*Art. 171. ....*

*XII - quando o contribuinte substituto estabelecido em outra unidade da Federação:*

*a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;*

*b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com o registro fiscal das operações interestaduais (Conv. ICMS 78/96 e 108/98);*

*c) deixar de entregar, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST (Conv. ICMS 108/98);*

*d) deixar de informar, por dois meses consecutivos ou alternados, não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária.*

*Art. 172. ....*

*I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI e VIII a XII do artigo anterior; (NR)*

*Art. 173. ....*

*§ 2º O contribuinte com inscrição cancelada de ofício, nas hipóteses dos incisos I a XII do art. 171, que solicitar a baixa do cadastro terá sua situação alterada de “cancelada” para “suspensa - processo de baixa”, permanecendo os sócios na situação de “irregular”, até o despacho decisório do processo de baixa. (NR)*

*§ 4º Nas hipóteses mencionadas no inciso XII do art. 171, cessadas as causas determinantes do cancelamento, caberá a reinclusão da inscrição, de ofício ou a pedido do contribuinte, podendo ser dispensada, a critério da fiscalização, a exigência da apresentação dos documentos mencionados no § 1º deste artigo.*

*Art. 185. ....*

*I - “cancelada de ofício” - art. 171, I a XII; (NR)*

*Art. 193.....*

*I - .....*

*b) .....*

*3 - tratando-se de contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, apresentar arquivo magnético no formato especificado no Anexo 64, compreendendo todas as operações de entradas e saídas ocorridas no último período mensal apurado.*

*§ 4º É dispensada a autorização para impressão dos documentos especificados no inciso XXVII e nas alíneas “a” a “i” do inciso XXVIII do art. 192. (NR)*

*Art. 195. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) será emitida por sistema eletrônico de processamento de*

*dados, devendo ser destinada uma via para o estabelecimento gráfico e outra para o contribuinte usuário. (NR)*

*Art. 201. ....*

*§ 7º O contribuinte obrigado a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) emitirá, por meio deste equipamento, os seguintes documentos fiscais:*

*I - o Cupom Fiscal ou a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, nas operações ou prestações que não sejam aquelas indicadas no inciso seguinte;*

*II - o Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem ou o Bilhete de Passagem, nas prestações de transporte rodoviário, aquaviário ou ferroviário de passageiros.*

*§ 8º Quando não for possível a emissão dos documentos na forma prevista no parágrafo anterior, em decorrência de sinistro ou razões técnicas, serão emitidos de forma manual ou datilográfica:*

*I - a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, em substituição aos documentos citados no inciso I do parágrafo anterior;*

*II - o Bilhete de Passagem, em substituição aos documentos mencionados no inciso II do parágrafo anterior.*

*§ 9º Nas hipóteses citadas no parágrafo anterior, o contribuinte autorizado a usar Sistema Eletrônico de Processamento de Dados emitirá os documentos especificados no "caput" deste artigo, exceto a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 indicada no inciso I.*

*Art. 232. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte poderá ser emitida Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 (Anexo 17). (NR)*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a contribuintes que utilizem equipamentos para controle fiscal.*

*Art. 237. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS efetuadas por seção de venda a varejo anexa à seção fabril de estabelecimento industrial que tenha optado pela emissão de uma única Nota Fiscal no fim do dia,*



*para fins da legislação do IPI, o contribuinte deverá: (NR)*

*§ 2º A Nota Fiscal emitida ao final do dia será indicada na coluna “Observações” do livro Registro de Saídas, na linha referente aos lançamentos das operações ou prestações ocorridas na data de sua emissão. (NR)*

*Art. 238. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS poderá ser emitido: (NR)*

*§ 1º Além dos documentos fiscais citados no "caput" deste artigo, serão emitidos em relação a mesma operação e/ou prestação:*

*I - a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, se a Legislação Federal dispuser desta forma;*

*II - a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, quando houver solicitação do adquirente dos bens.*

*§ 2º Nas hipóteses do parágrafo anterior, o contribuinte anexará o Cupom Fiscal à via fixa do documento fiscal emitido e consignará:*

*I - nas vias deste, o número seqüencial atribuído no estabelecimento para o ECF e o número do Cupom Fiscal;*

*II - na coluna “OBSERVAÇÕES” do Livro Registro de Saídas, o número e a série do documento fiscal.*

*Art. 280. O Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13 (Anexo 33), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 6/89 e Ajuste SINIEF 1/89), observado o disposto no § 7º do art. 201. (NR)*

*Art. 285. O Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14 (Anexo 34), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 6/89 e Ajustes SINIEF 1/89 e 4/89), observado o disposto no § 7º do art. 201. (NR)*

*Art. 293. O Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16 (Anexo*

36), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte ferroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 6/89, Conv. ICMS 125/89 e Ajuste SINIEF 1/89), observado o disposto no § 7º do art. 201. (NR)

Art. 315. ....

VII - .....

a) de telecomunicações - dispensa total, até 31/12/99 (Convs. ICMS 126/98 e 30/99); (NR)

Art. 323. ....

§ 10. Ressalvado o disposto no § 1º do art. 238, sempre que houver emissão de documentos fiscais distintos dos emitidos por ECF, a sua escrituração será efetuada em linha diversa às utilizadas para escrituração do Mapa-Resumo ECF ou da Redução Z.

Art. 329. ....

§ 5º Nas situações mencionadas no § 8º do art. 201, o contribuinte obrigado a escriturar livros fiscais registrará no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - RUDFTO:

I - o motivo e a data da ocorrência da impossibilidade de emissão do documento fiscal via ECF;

II - os modelos e os números dos documentos fiscais emitidos sem o uso de ECF.

Art. 332. ....

II - Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (CS-DMA), Anexo 8I; (NR)

Art. 333. Deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividades 6312-6/03 - Depósito de Mercadorias Próprias. (NR)

§ 1º .....

*II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição (art. 152, § 5º e § 6º, II, “a” ), bem como os que utilizarem regime especial de escrituração centralizada e os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) como empresa de transportes, deverão apresentar a Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - (CS-DMA), juntamente com a DMA; (NR)*

*III - anualmente, no mês de janeiro, além da especificação dos elementos previstos no inciso I, relativos ao mês anterior, serão informados na DMA e, se for o caso, na CS-DMA, os dados relativos aos estoques inicial e final do último exercício, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado.(NR)*

*§ 3º A DMA e a CS-DMA serão apresentadas em meio magnético, ou por meio eletrônico de transmissão de dados, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, observando-se quanto as vias do recibo de entrega, a seguinte destinação: (NR)*

*I - .....*

*b) 2ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção; (NR)*

*§ 11. O contribuinte que deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício, será intimado para regularizar a sua inscrição estadual, sob pena de cancelamento, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle (art. 171, inciso VIII), sendo que, após providenciar a atualização das informações, poderá requerer a regularização de sua situação cadastral. (NR)*

*Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte, apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME), até o dia 28 de fevereiro de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividades 6312-6/03 - Depósito de Mercadorias Próprias. (NR)*

*§ 2º Na DME serão informados os valores das receitas e dos pagamentos ou aquisições, verificados do primeiro ao último dia do ano anterior, bem como os dados relativos aos estoques inicial e final do período considerado, devendo constituir-se em resumo e exato reflexo dos valores constantes nos documentos fiscais relativos a operações e prestações ocorridas no período de referência. (NR)*

*§ 3º A DME será apresentada com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, nos seguintes formatos: (NR)*

*I - em formulário (Anexo 82), situação em que o seu recebimento será atestado com aposição de carimbo, data, assinatura e cadastro do funcionário responsável pelo atendimento, nas três vias do formulário, que terão a seguinte destinação:*

- a) 1ª via, dossiê do contribuinte;*
- b) 2ª via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;*
- c) 3ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega.*

*II - mediante meio eletrônico de transmissão de dados, hipótese em que será emitido recibo, em uma via, destinada ao contribuinte;*

*III - em meio magnético (Anexo 82 - A), hipótese em que será emitido recibo de entrega em três vias, com a seguinte destinação:*

- a) 1ª via, dossiê do contribuinte;*
- b) 2ª via, prefeitura do município onde o contribuinte estiver inscrito;*
- c) 3ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção.*

*§ 6º A DME será entregue pelo contribuinte: (NR)*

*I) na Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal, quando preenchida em formulário;*

*II) em qualquer Inspetoria ou postos previamente autorizados, independentemente de seu domicílio fiscal, quando realizada em*

*meio magnético.*

*Art.341.....*

*XIII - nas saídas de fibra de sisal (NBM/SH 5304.90.00) efetuadas por estabelecimento exportador localizado no Estado da Bahia, para fim de industrialização no Estado da Paraíba, da qual deverão resultar os produtos “baler twine” (NBM/SH 5607.21.00) e tapete (NBM/SH 5701.90.00), destinados exclusivamente a exportação, observado o seguinte tratamento fiscal (Protocolos ICMS 31/97 e 39/98): (NR)*

*Art. 343. ....*

*XXIII - nas saídas internas de lenha, carvão vegetal, bagaço de cana-de-açúcar, bagaço e casca de coco, eucalipto e pinus, com destino a estabelecimento industrial para utilização por este como combustível, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização, ressalvada a hipótese de entrada de madeira das referidas espécies vegetais ou de lenha para a produção de carvão vegetal a ser destinado a estabelecimento habilitado a operar no regime de diferimento, caso em que o lançamento do tributo fica diferido para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes da industrialização; (NR)*

*XXXV - de 19/7/95 até 30/4/2001, nas operações com mercadorias doadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), destinadas ao Programa Comunidade Solidária, para fins de distribuição gratuita ou comercialização por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para o momento da subsequente saída (Convs. ICMS 63/95, 102/96 e 5/99); (NR)*

*LI - nas sucessivas saídas de quartzo, para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização; (NR)*

*LIII - nas saídas de fumo em folhas “in natura”, para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;*

*LIV - nas entradas no estabelecimento do importador, desde que as importações sejam efetuadas por portos e aeroportos deste Estado, e nas saídas internas de minério de cromo, para o*

*momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.*

*Art. 350.....*

*§ 1º .....*

*II - sua entrega será feita em meio magnético, ou por meio eletrônico de transmissão de dados, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, observando-se, quanto as vias do recibo de entrega, a seguinte destinação: (NR)*

*a).....*

*2) 2ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção; (NR)*

*III - os valores informados na DMD deverão constituir-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS.*

*Art. 355. ....*

*Parágrafo único. ....*

*II - não se aplicam as disposições contidas no inciso III nas operações com farinha de trigo destinada a estabelecimento industrial neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras do art. 506. (NR)*

*Art. 378. ....*

*§ 5º Nas hipóteses abaixo, o sujeito passivo por substituição tributária poderá ter sua inscrição cancelada, até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior, quando (Convs. ICMS 71/97 e 108/98): (NR)*

*a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;*

*b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético previsto no inciso I;*

*c) deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária;*

*d) deixar de entregar a Guia Nacional de Informação e*

*Apuração do ICMS - Substituição Tributária.*

*Art. 405-A. ....*

*II - ....*

*a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes nos incisos II e III do art. 399-A; (NR)*

*Art. 461. ....*

*§ 1º Até 30/9/2000, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 14/94, 2/95, 22/95, 13/98 e 8/99): (NR)*

*§ 3º Até 30/4/2001, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado bovino efetuadas da Bahia para os Estado de Minas Gerais e Espírito Santo e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 1/95, 15/98 e 15/99): (NR)*

*Art. 504. ....*

*VII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b"; (NR)*

*Art. 505. ....*

*II - só poderá ser enquadrado no regime de que cuida este artigo o contribuinte cuja receita bruta mensal seja igual ou inferior a 30.000 UPFs-BA, consideradas todas as saídas do estabelecimento, tributadas e não tributadas, adotando-se como referência o valor da UPF-BA vigente no mês de dezembro do ano correspondente; (NR)*

*XIII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b"; (NR)*

*Art. 513-A Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações tributárias não contempladas neste artigo, fica concedido à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., regime especial para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas às operações com petróleo e seus derivados líquidos a granel, com*

*o transporte efetuado por navegação de cabotagem (Conv. ICMS 29/99).*

*§ 1º A PETROBRÁS, em relação ao carregamento efetuado e em função dos destinatários do produto, emitirá a Nota Fiscal correspondente, observado o seguinte:*

*I - o transporte do produto até o porto de destino e o seu descarregamento poderão ser documentados por uma cópia da Nota Fiscal prevista no “caput” deste parágrafo, emitida por “fac-símile”;*

*II - as vias originais da Nota Fiscal deverão estar no porto de destino até 24 (vinte e quatro) horas após o descarregamento do produto.*

*§ 2º Para efeito de transporte do produto, é admitida a emissão da Nota Fiscal prevista no parágrafo anterior com uma variação de até 5% (cinco por cento) em relação à quantidade carregada.*

*§ 3º Apurada a quantidade exata do produto carregado e transportado, observar-se-á o seguinte:*

*I - em relação à quantidade faturada a menor, será emitida Nota Fiscal complementar, pela PETROBRÁS;*

*II - em relação à quantidade faturada a maior, será emitida Nota Fiscal de devolução simbólica, pelo destinatário.*

*§ 4º A apuração a que alude o parágrafo anterior terá por base a medição volumétrica dos tanques do estabelecimento que der início à movimentação do produto, conhecida como "MEDIÇÃO TERRA ORIGEM".*

*§ 5º A emissão das Notas Fiscais nos termos deste artigo não impedirá que a escrituração ocorra dentro do prazo previsto na legislação pertinente.*

*§ 6º Os documentos emitidos com base neste regime especial conterão impressa a expressão: “REGIME ESPECIAL - CONVÊNIO ICMS 29/99”.*

## *SEÇÃO II*

### *Das Obrigações dos Prestadores de Serviços de Telecomunicações (NR)*

*Art. 569. As empresas de telecomunicações relacionadas no*



*Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 adotarão regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços de telecomunicações, nos seguintes termos (Convs. ICMS 126/98 e 30/99): (NR)*

*III - serão considerados, para a apuração do imposto referente às prestações e operações, os documentos fiscais emitidos durante o período de apuração.*

*V - poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (NFSC) e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, em uma via, abrangendo todas as prestações de serviços realizadas por todos os seus estabelecimentos situados no território baiano, desde que efetuada em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Convênio ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995, dispensada a calcografia (talho-doce), observado o seguinte:*

*a) as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas, concomitantemente com a emissão da primeira via, em meio magnético óptico não regravável, o qual será conservado pelo prazo decadencial para ser disponibilizado ao fisco, inclusive em papel, quando solicitado;*

*b) a empresa de telecomunicação que prestar serviços em mais de uma unidade federada fica autorizada a imprimir e emitir os documentos fiscais previstos neste inciso de forma centralizada, desde que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos no Convênio ICMS 126/98 e que os dados relativos ao faturamento de cada unidade federada sejam disponibilizados em meio magnético ou “on-line”;*

*VIII - a operadora deverá manter como documento de controle relacionado com o ICMS, pelo prazo decadencial, o Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF, instituído pelo Ministério das Comunicações, para exibição ao fisco.*

*§ 3º Até 31/12/99, as empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98: (NR)*

*I - ficam dispensadas, nos termos deste artigo, da adoção e escrituração dos livros fiscais previstos na legislação do ICMS.*

*II - em substituição aos procedimentos previstos no inciso V deste artigo, deverão observar as disposições contidas na cláusula segunda do Convênio ICMS 30/99 (Conv. ICM 04/89,*

*Convs. ICMS 126/98 e 30/99).*

*Art. 572. ....*

*§ 3º ....*

*II - a apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), quando a operação estiver sujeita à isenção, não incidência, diferimento ou outro motivo, preenchida pelo contribuinte em 4 (quatro) vias, que, após serem visadas, terão a seguinte destinação (Conv. ICMS 132/98). (NR)*

*a) 1ª via: contribuinte, devendo acompanhar a mercadoria ou bem no seu transporte;*

*b) 2ª e 3ª vias: retidas pelo fisco estadual da localidade do despacho, no momento da entrega para recebimento do “visto”, devendo a 2ª via ser remetida, mensalmente, ao fisco da unidade federada da situação do importador;*

*c) 4ª via: fisco federal - retida por ocasião do despacho ou liberação da mercadoria ou bem.*

*Art. 598. ....*

*III - até 30/4/2001, no tocante às remessas de mercadorias às Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 37/97, 23/98 e 5/99). (NR)*

*Art. 683. ....*

*§ 3º A utilização de, no mínimo, computador e impressora para preenchimento de documento fiscal será considerado uso de sistema eletrônico de processamento de dados, estando abrangido pelo inciso I do § 1º (Conv. ICMS 31/99).*

*Art. 684. ....*

*§ 1º ....*

*III - arquivo magnético no formato especificado no anexo 64, contendo exemplo completo de registros fiscais, conforme disposto no art. 708.*

Art. 686. ....

II - .....

g) *Nota Fiscal de Entrada, modelo 3, emitida até 29 de fevereiro de 1996 (Conv. ICMS 31/99).*

III - *por total diário, por equipamento, quando se tratar de saídas documentadas por Cupom Fiscal de máquina registradora, não acoplada a computador;*

IV - *por total diário, por equipamento, e por resumo mensal por item de mercadoria (classificação fiscal), por estabelecimento, quando se tratar de saídas documentadas por: (NR)*

a) *Cupom Fiscal ECF;*

b) *Cupom Fiscal PDV;*

c) *Cupom Fiscal de máquina registradora quando acoplada a computador;*

V - *por total diário, por espécie de documento fiscal, nos demais casos.*

Art. 688. ....

§ 1º *Quando a quantidade de itens de mercadorias não puder ser discriminada em um único formulário, poderá o contribuinte utilizar mais de um formulário para uma mesma Nota Fiscal, observado o seguinte (Conv. ICMS 54/96 e 31/99): (NR)*

I - *em cada formulário, exceto o último, deverá constar, no campo “Informações Complementares” do quadro “Dados Adicionais”, a expressão “Folha XX/NN - Continua”, sendo NN o número total de folhas utilizadas, e XX, o número que represente a seqüência da folha no conjunto total utilizado;*

II - *quando não se conhecer previamente a quantidade de formulários a serem utilizados, emitir-se-á, salvo o disposto no inciso III, abaixo, o número total de folhas utilizadas (NN);*

III - *os campos referentes aos quadros “Cálculo do Imposto” e “Transportador/Volumes Transportados” só poderão ser preenchidos no último formulário, que também deverá conter, no referido campo “Informações Complementares”, a expressão “Folha XX/NN”;*

*IV - nos formulários que antecedem o último, os campos referentes ao quadro “Cálculo do Imposto” deverão ser preenchidos com asteriscos (\*);*

*V - fica limitada a 990 (novecentos e noventa) a quantidade de itens de mercadorias por Nota Fiscal emitida (Conv. ICMS 96/97, 131/97 e 31/99). (NR)*

*§ 2º As indicações referentes ao transportador e à data da efetiva saída da mercadoria do estabelecimento, podem ser feitas mediante a utilização de qualquer meio indelével (Conv. ICMS 31/99).*

*Art. 689. O contribuinte remeterá às Secretarias de Fazenda das unidades da Federação destinatárias das mercadorias, até o dia 15 do primeiro mês de cada trimestre civil, arquivo magnético, com registro fiscal, das operações interestaduais efetuadas no trimestre anterior (Conv. ICMS 31/99). (NR)*

*§ 1º Sempre que, informada uma operação em arquivo, por qualquer motivo a mercadoria não for entregue ao destinatário, far-se-á geração de arquivo esclarecendo o fato, que será remetido juntamente com o relativo ao trimestre em que se verificar a ocorrência.*

*§ 2º O arquivo remetido restringir-se-á aos destinatários nela localizados.*

*§ 3º Será exigido que o arquivo magnético seja previamente validado por programa validador fornecido pela Secretaria da Fazenda.*

*Art. 690. Na hipótese de emissão por sistema eletrônico de processamento de dados de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas e Conhecimento Aéreo, o contribuinte, em substituição à via adicional para controle do Fisco de destino (arts. 253, 258 e 265, respectivamente), remeterá às Secretarias de Fazenda das unidades da Federação, destinatárias da mercadoria, até o dia 15 (quinze) do primeiro mês de cada trimestre civil, arquivo magnético das prestações interestaduais efetuadas no trimestre anterior (Conv. ICMS 31/99). (NR)*

*§ 1º O arquivo remetido restringir-se-á aos destinatários nela localizados.*

*§ 2º Não deverão constar do arquivo os Conhecimentos emitidos em função de redespacho ou subcontratação.*

*§ 3º Será exigido que o arquivo magnético seja previamente validado por programa validador fornecido pela Secretaria da Fazenda.*

*Art. 691. No caso de impossibilidade técnica para a emissão dos documentos a que se refere o inciso I do art. 683, por sistema eletrônico de processamento de dados, em caráter excepcional, poderá o documento ser preenchido de outra forma, hipótese em que deverá ser incluído no sistema (Conv. ICMS 31/99). (NR)*

*Art. 693. As vias dos documentos fiscais, que devem ficar em poder do estabelecimento emitente, serão encadernadas em grupos de até quinhentas (500), obedecida sua ordem numérica sequencial (Conv. ICMS 31/99). (NR)*

*Art. 694. ....*

*IV - ....*

*g) o número da autorização de uso do sistema eletrônico de processamento de dados (Conv. ICMS 31/99);*

*Art. 707. ....*

*Parágrafo único. A Lista de Códigos de Emitentes e a Tabela de Códigos de Mercadorias deverão ser encadernadas por exercício, juntamente com cada livro fiscal, contendo apenas os códigos neles utilizados, com observações relativas às alterações, se houver, e respectivas datas de ocorrência (Conv. ICMS 31/99). (NR)*

*Art. 708. ....*

*§ 3º A partir de 1º de novembro de 1999, o arquivo magnético de que trata este artigo deverá ser entregue validado e criptografado por programa específico fornecido pela Secretaria da Fazenda, acompanhado de recibo de entrega, em duas vias, gerado pelo programa validador, sendo, que, uma das vias será devolvida ao contribuinte e servirá como recibo de entrega ou comprovante de recusa do arquivo, hipótese em que será indicado o motivo do não recebimento (Conv. ICMS 31/99).*

*Art. 712. Na salvaguarda dos interesses da fazenda pública, o Diretor de Administração Tributária, mediante proposta do Inspetor Fazendário ou do Gerente de Automação Fiscal, poderá impor restrições, impedir a utilização ou cassar, parcial ou totalmente, a autorização de uso de sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos e/ou*

*escrituração de livros fiscais. (NR)*

*Art. 712-A. Os contribuintes autorizados ao uso de sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos fiscais e/ou escrituração de livros fiscais deverão adequar-se as novas disposições contidas no inc. V, do § 1º, do art. 688 e no Manual de Orientação - Anexo 64, a partir de 1º de janeiro de 2000 (Conv. ICMS 31/99).*

*Art. 777. ....*

*§ 1º O Cupom Fiscal será emitido nas operações ou prestações a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS. (NR)*

*§ 2º O Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) poderá ser utilizado nas vendas a prazo e para entrega de mercadoria a domicílio no território estadual. (NR)*

*§ 3º Sem prejuízo das demais disposições contidas na legislação, na circulação de mercadorias para entrega no domicílio do adquirente, situado neste Estado, o Cupom Fiscal e a Nota Fiscal de Venda a Consumidor emitida com observância do art. 783, deverão conter:*

*I - o CNPJ ou o CPF do adquirente, impresso pelo ECF em seu anverso;*

*II - o nome e o endereço do adquirente, bem como a data e a hora de saída das mercadorias, em seu verso.*

*.....*

*Art. 801. O livro Registro de Saídas deve ser escriturado da forma a seguir: (NR)*

*I - os totais apurados na forma do inciso VI do art. 798, a partir da coluna “Valor Contábil” do Mapa Resumo de Equipamento de Controle Fiscal, serão escriturados nas colunas próprias do livro Registro de Saídas; (NR)*

*Art. 915. ....*

*XIV-A - 15 (quinze) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF-BA) aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente (Lei nº 7.438/99);*

Art. 938. ....

I - .....

*I-A - dividindo-se o valor total das saídas apuradas em levantamento fiscal do movimento diário das operações em pelo menos três dias, consecutivos ou não, pela quantidade de dias do levantamento, e multiplicado-se esse resultado pela quantidade de dias de funcionamento do estabelecimento no mês considerado (Lei nº 7.438/99);*

*I-B - tomando-se o valor das operações consignadas em documentos fiscais coletados e/ou informações oriundas de fornecedores ou destinatários, com os quais o contribuinte mantenha relacionamento comercial, e projetando-o para o período considerado, com base na participação percentual sobre o total das operações regularmente escrituradas (Lei nº 7.438/99);”*

**Art. 2º** No Regulamento do ICMS, onde são feitas referências ao Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, devem ser consideradas como feitas ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

**Art. 3º** Fica acrescentado ao Regulamento do ICMS, o Anexo 93 com a redação que ora se publica.

**Art. 4º** Passam a vigorar com a redação que ora se publica, os seguintes Anexos do Regulamento do ICMS:

**I** - os Anexos 7, 7-A e 86;

**II** - o Anexo 64, a partir de 1º de janeiro de 2000.

**Art. 5º** As alterações de que trata este Decreto, quanto aos dispositivos abaixo indicados, do Regulamento do ICMS, produzirão efeitos:

**I** - a partir de 19 de janeiro de 1999:

**a)** o inciso XIV-A, do art. 915;

**b)** os incisos I-A e I-B, do art. 938;

**II** - a partir de 1º de março de 1999:

**a)** o inciso V, do § 5º, do art. 152;

**b)** os incisos III, V e VIII, do art. 569;

**III** - a partir 26 de abril de 1999, os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do art. 19;

**IV** - a partir de 29 de julho de 1999, o art. 513-A;

**V** - a partir de 1º de agosto de 1999, o § 2º, do art. 75;

**VI** - a partir de 2 de agosto de 1999:

**a)** o § 3º, do art. 683;

**b)** a alínea "g", do inciso II, do art. 686;

**c)** o inciso V, do § 1º, do art. 688;

**d)** o § 2º, do art. 688;

**e)** o art. 689;

**f)** o art. 690;

**g)** o art. 691;

**h)** o art. 693;

**i)** a alínea "g", do inciso IV, do art. 694;

**j)** o parágrafo único, do art. 707;

**VII** - a partir de 17 de agosto de 1999:

**a)** o inciso XI, do art. 14;

**b)** o inciso IX, do art. 18;

**Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente:

**I** - a partir da publicação deste Decreto, os seguintes dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997:

**a)** o inciso IV, do § 2º, do art. 161;

**b)** alínea "e", do inciso I, do § 9º, do art. 219;

**c)** o § 6º, do art. 333;

**d)** § 10, do art. 333;

**e)** o § 4º, do art. 335;

**f)** a alínea "e", do inciso VII, do art. 343;



**g)** o item 2, da alínea "a", do inciso XLVIII, do art. 343;

**h)** o § 5º, do art. 350;

**i)** o art. 799;

**j)** o art. 800;

**l)** o § 2º, do art. 915;

**m)** o art. 930;

**n)** o art. 933;

**o)** a Seção VIII, do Capítulo I, do Título VII;

**p)** o Capítulo IV, do Título VII;

**II** - a partir de 19 de janeiro de 1999, a alínea "a", do inciso XV, do artigo 915;

**III** - a partir de 13 de maio de 1999, o inciso V, do art. 32.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 15 de setembro de 1999.

**CÉSAR BORGES**

Governador

Albérico Machado Mascarenhas

Secretário da Fazenda

Sérgio Ferreira

Secretário de Governo

## **ANEXO 7**

**DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO CADASTRAL - DIC**

(frente)

## **ANEXO 7**

**DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO CADASTRAL - DIC**

(verso)

**ANEXO 7-A - INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO DE  
INFORMAÇÃO CADASTRAL - DIC**

## **INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL**

O Documento de Informação Cadastral – DIC, será preenchido pelas pessoas jurídicas e pessoas físicas sempre para atenderem procedimentos relativos ao Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia - CAD-ICMS.

Para requerer inscrição, atualização e baixa, da inscrição estadual, bem como para fins de inclusão, alteração e exclusão de titular, sócios, acionistas, administradores, representantes legais e contabilistas, o DIC deverá ser preenchido seguindo as informações contidas na CNAE-Fiscal, nas tabelas e nestas instruções que compõem o anexo 7-A do RICMS-BA.

O pedido de inscrição do estabelecimento, seja ele matriz ou filial, será formalizado na unidade cadastradora - (Inspetoria Fazendária) da Circunscrição Fiscal do estabelecimento.

O DIC é formado de Quadros, e cada quadro contém um ou mais campos a serem preenchidos.

O quadro 01- EVENTO (Motivo do preenchimento) – O preenchimento é obrigatório em todas as solicitações. Mencionar o código do evento e respectiva descrição, mesmo que de forma resumida.

O quadro 02 – N.º de inscrição estadual e no CNPJ.

a) O preenchimento de cada campo é obrigatório para solicitações que envolvam contribuintes já cadastrados no CAD-ICMS. Tratando-se de pessoa física o n.º do CPF substituirá o n.º do CNPJ.

b) Quadro se tratar de evento de inscrição, do estabelecimento (códigos 101 a 106 da Tabela I) preencher somente o campo referente ao CNPJ.

Na atualização cadastral, e baixa da inscrição, o quadro de titular, sócios, administradores e responsáveis legais, somente deverá ser preenchido quando o quadro societário da pessoa jurídica tiver sido alterado ou não estiver atualizado nos arquivos do sistema de cadastro da SEFAZ até a data da solicitação.

### **INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE SÓCIOS, DIRETORES, ACIONISTAS, ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS LEGAIS**

Na inclusão - No DIC deverá constar todos os dados daquele que será incluído no cadastro, conforme consta dos atos constitutivos registrados no órgão competente.

Na exclusão - solicitada por pessoa física que já não mais faça parte da empresa, no DIC além de constar seus dados atualizados, deverá juntar cópia da identidade e CPF. Se pessoa Jurídica, apresenta cópia atualizada do cartão de inscrição estadual e do CNPJ. Quando a solicitação for feita pela empresa, aplica-se o evento do código 211.

OBS.: Quando o quadro societário for constituído por pessoas Jurídicas, (empresas), serão cadastrados estas – as pessoas jurídicas e seus representantes legais, conforme dispuser o ato constitutivo do contribuinte solicitante da atualização cadastral.

Integram as instruções de preenchimentos do DIC - para inscrição e atualização dos dados cadastrais dos contribuintes, titulares, sócios, acionistas administradores, responsáveis legais e contabilistas, além da CNAE-Fiscal, as seguintes tabelas:

Tabela I - Evento: contém código e descrição dos eventos que poderão ser motivos de preenchimento do quadro 01 do DIC.

Tabela II - Natureza Jurídica: contém código e natureza jurídica das diversas formas de entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e outras formas de organização legal e da administração pública.

Tabela III - Qualificação da Pessoa Física Responsável: contém o código da qualificação da pessoa física responsável. Para preenchimento no DIC.

Tabela IV - Natureza Jurídica/Quadro de Sócios e Administradores: contém para cada natureza jurídica, os códigos de qualificação dos sócios e administradores, para ser preenchido no DIC

Tabela V - Natureza Jurídica e Qualificação da Pessoa Física Responsável: contém para cada natureza jurídica, os códigos de qualificação da pessoa física responsável pela pessoa jurídica, para ser preenchido no DIC.

Tabela VI - Representante Legal: (referentes a incapazes e menores representados), contém cada representado e os códigos de qualificação dos representantes legais.

### **INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO DIC**

*QUADRO 01* –Evento - Veja na tabela I o motivo do preenchimento. Tratando-se de alteração geral dos dados do contribuinte, utilize o código 211.

*QUADRO 02* – N.º de inscrição estadual - Tratando-se de pedido de inscrição, será preenchido pelo digitador no momento que gerar a inscrição no sistema de cadastro.

CNPJ (antigo CGC) preencher da esquerda para a direita deixando o 1º espaço em branco.

*QUADRO 03* – Conta de luz. Somente será preenchido no caso de pedido de inscrição de microempresa ou pelo contribuinte já inscrito como tal, na forma definida pelo Regime Simplificado de Apuração do Imposto - SIMBAHIA (preenchimento obrigatório).

*QUADRO 04* – Identificação - Preencher com o nome, a razão social ou a denominação comercial da empresa.

Nome de fantasia - Preencher com o título do estabelecimento, isto é, com o nome de fantasia.

*QUADRO 05* – Qualificação - Porte ou condição da empresa - Escrever na quadrícula o algarismo correspondente a condição da empresa.

Código da Natureza jurídica - Veja na tabela II o código correspondente a natureza jurídica. Ele tem 3 algarismos e 1 dígito verificador. (Ex. xxx-x).

Imóvel próprio - Neste item deverá constar SIM, quando o imóvel onde se localizar o estabelecimento seja de propriedade da empresa. Neste caso no processo estará anexado a escritura pública ou a proposta de compra e venda do imóvel.

Sendo o imóvel alugado, assinale a quadrícula NÃO.

Forma de Pagamento - Escrever na quadrícula o algarismo correspondente a forma de pagamento do ICMS pelo estabelecimento.

Valor Capital Social – Preencher com o valor do capital social constante nos atos constitutivos da empresa. (Não colocar centavos).

N.º Registro na JUCEB – Preencher com o número de arquivamento dos atos constitutivos na JUCEB, ou de registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos conforme o caso.

Mês de Balanço – Preencher o nome do mês de encerramento do exercício social da empresa.

Circunscrição fiscal - O preenchimento do código ficará a cargo da Repartição Fazendária. Esta informação está disponível na tela de manutenção do sistema.

Categoria – Escrever na quadrícula o algarismo correspondente a categoria do estabelecimento referente ao pedido objeto do preenchimento do DIC. Existindo apenas um único estabelecimento no Estado ele deve ser considerado como matriz.

Atividade econômica - código - O preenchimento do código ficará a cargo da Repartição Fazendária. *Compõe-se de 7 algarismos, desta forma: 4 algarismos, mais 1 dígito verificador e finalmente mais 2 algarismos. (Ex. xxxx-x/xx).*

Descrição da atividade Econômica - Preencher com a descrição correspondente ao objeto principal da empresa descrito nos atos constitutivos da sociedade. Aquela, atividade, com a qual a empresa inicia suas atividades.

Obs.: no sistema de cadastro a descrição da atividade econômica já está padronizada em no máximo 50 posições ou caracteres. Por isso, descreva a atividade naturalmente sem se preocupar em abreviá-la

*QUADRO 06* - Endereço - Preencher conforme disposição de cada espaço do DIC.

O código do município: *O preenchimento do código ficará sempre a cargo da Repartição Fazendária.*

Ver no Menu SIDAT, 6-tabelas, opção: Municípios baianos.

e-mail (correio eletrônico do contribuinte) - Como nosso sistema é padronizado em letras maiúsculas, digitar normalmente como estiver preenchido no DIC.

Código e nome do país - Estas informações visam identificar a origem do controle da empresa. Se nacional- Brasil, o código é 23.

Sendo a empresa estrangeira - O contribuinte cita o nome Sendo a constituição da empresa pertencente a dois ou mais países distintos, citar como de origem aquele detentor da maior parcela do capital.

Sendo as parcelas, de capital, iguais citar o país dos responsáveis que assumem a administração da empresa. Nos demais casos citar qualquer um deles.

*Código do país ficará a cargo da Repartição Fazendária, que deve consultar no Menu SIDAT, 6-tabelas opção 19 países.*

*QUADRO 07 – Quadro de Titular, sócios, administradores, pessoa física responsável e representante legal.*

Preencher com o nome do titular, sócio, ou acionista.

Natureza do evento - A inclusão, a alteração ou a exclusão de sócio, diretor ou representante legal, cada data coincide respectivamente com a data do registro ou arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Qualificação - Veja na tabela II, qual o código correspondente a qualificação.

Nome do país - Preencher com o nome do país do titular, sócio ou administrador

Participação no Capital total e no Capital votante - Lembre-se que o total do capital representa 100%.

No caso de S/A, devem ser identificados os acionistas que detêm mais de 50% do capital com direito a voto, isto é, do capital que controla a empresa.

Endereço - Preencher conforme disposição de cada espaço do DIC, (com as informações do endereço do representante legal).

O código do município - O preenchimento do código ficará sempre a cargo da Repartição Fazendária, que deve consultar no Menu SIDAT, 6-tabelas, opção: Municípios baianos.

Período de gestão – Na inclusão alteração ou exclusão de sócio, diretor ou representante legal, cada data coincide respectivamente com a data do registro ou arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

#### QUADRO 08 - OPERAÇÃO DE INCORPORAÇÃO CISÃO OU FUSÃO

Este quadro será preenchido sempre em relação a empresa que foi incorporada, que sofreu a cisão parcial ou total, ou ainda aquela que sofreu fusão.

#### QUANDO PREENCHER

Se no Quadro – 01, a incorporadora, solicita atualização para mudança de razão social, do n.º do CNPJ e do quadro de sócios administradores pessoa física responsável etc., em decorrência da incorporação realizada em um ou vários estabelecimentos de determinada empresa que fora incorporada, neste quadro deverá escolher a opção 1- incorporação e mencionar o n.º do CNPJ daquela empresa que foi incorporada ou sucedida.

Quando a inscrição de um estabelecimento se der em decorrência da cisão parcial ou total de uma ou mais empresas ou em virtude da fusão de duas ou mais empresas este quadro será preenchido com o n.º do CNPJ das empresas que foram cindidas, ou fusionadas de acordo com o número de ocorrências de cada item.

Obs.: As empresas incorporadoras ou sucessoras tem a responsabilidade de, no prazo de 30 dias, providenciarem a baixa das inscrições dos estabelecimentos que deixaram de existir em virtude da incorporação, cisão total ou fusão.

#### QUADRO 09 – Informações sobre o imóvel rural.

Este quadro somente será preenchido pela pessoa física que requerer inscrição especial com atividade agrícola. Preenchimento de acordo a disposição de cada espaço do DIC.

#### QUADRO 10 - Informações sobre o proprietário do imóvel rural.

Este quadro somente será preenchido pela pessoa física que requerer inscrição especial com atividade agrícola. Sendo ela a proprietária do imóvel, os dados serão retirados do quadro anterior. Caso haja contrato de arrendamento ou outro documento que autorize a utilização do imóvel, preencher de acordo a disposição de cada espaço do DIC.

#### QUADRO 11 – Contador ou organização contábil:

Preencher conforme disposição de cada espaço do DIC.

Quanto a situação do CRC - observar a padronização estabelecida pelo CRC, isto é O = originário; S = secundário; T = transferido e P = provisório.

Obs.: Neste quadro deve ser observado a correspondência entre o CRC e o CPF/CNPJ da seguinte forma: quando for citado o CNPJ, (antigo CGC), o CRC entende-se como sendo da organização contábil. E quando for citado o CPF, o CRC entende-se como sendo do responsável (pessoa física).

substituição de contador ou organização contábil - Deverá ser preenchido um DIC para exclusão do que sai e outro DIC para a inclusão do que entra.

#### QUADRO 12 – Declaração.

Preencher com os dados do responsável pelo preenchimento junto a empresa.

QUADRO 13 – Para uso exclusivo da SEFAZ.

Preenchimento de acordo com as normas regulamentares.

QUADRO 14 – Diligência Fiscal.

Preenchimento de acordo com as normas regulamentares.

**ANEXO 7-A - Tabelas**

<b>TABELA I</b>	
<b>EVENTOS (MOTIVO DE PREENCHIMENTO DO DIC)</b>	
<b>EVENTOS DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA</b>	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
101	Inscrição de matriz
102	Inscrição de filial de empresa sediada neste Estado
103	Inscrição de filial de empresa sediada em outra UF
104	Inscrição de empresa com controle societário sediado no Exterior
105	Substituição de Inscrição de empresa não cadastrada (uso exclusivo da SEFAZ)
106	Inscrição de empresa por determinação judicial (Uso exclusivo da GEIEF)
107	Inscrição de contribuintes com CFF (AM, e EP)
<b>EVENTOS DE ALTERAÇÃO</b>	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
201	Inclusão de um ou mais sócios ou de um ou mais responsáveis
202	Alteração da pessoa física responsável perante os órgãos convenientes
203	Exclusão do título do estabelecimento (nome de fantasia)
204	Cisão parcial (específico para a sucedida)
205	Classificação como estabelecimento com inscrição única.
206	Desclassificação como estabelecimento com inscrição única.
207	Emissão de Segunda via do Cartão ou Segunda via da Certidão de Baixa
208	Alteração do endereço postal dentro do mesmo município
209	Alteração ou mudança do endereço para outro município neste estado
210	Alteração ou mudança do endereço p/ outra UF – baixa de atividade neste Estado
211	Atualização cadastral com ou sem mudança do endereço no mesmo município (geral)
212	Alteração da caixa postal/UF/CEP
213	Exclusão da caixa postal/UF/CEP
214	Alteração de telefone (DDD/telefone)
215	Exclusão de telefone (DDD/telefone)
216	Alteração de fax (DDD/fax)
217	Exclusão de fax (DDD/fax)
218	Alteração de correio eletrônico
219	Exclusão de correio eletrônico
220	Alteração do nome empresarial (firma, razão social ou denominação comercial)
221	Alteração do título do estabelecimento (nome de fantasia)

222	Alteração do porte ou condição - para contribuintes não optante do SIMBAHIA
223	Exclusão de um ou mais sócios ou de um ou mais responsáveis
224	Alteração da pessoa física responsável pela contabilidade
225	Alteração do código de natureza jurídica
226	Operação por Incorporação de empresa (específico para incorporadora)
227	Cisão parcial (específico para a sucessora)
228	Alteração do código de atividade econômica principal
229	Cisão total (específico para a sucessora)
230	Alteração da qualificação da pessoa física responsável perante os órgãos conveniados
231	Exclusão da pessoa física responsável pela contabilidade
232	Alteração da empresa de contabilidade (contador pessoa jurídica)
233	Exclusão da empresa de contabilidade (contador pessoa jurídica)
234	Constituição por fusão
235	Reinclusão de empresa baixada ou cancelada (NO, EP e CS) - solicitação da empresa
236	Outras retificações cadastrais por iniciativa da empresa (inclusive reativação)
237	Inclusão de empresa de contabilidade responsável (contador pessoa jurídica)
238	Inclusão do responsável (contador pessoa física)
239	Alteração do responsável pela contabilidade (contador pessoa física)
240	Exclusão do responsável pela contabilidade (contador pessoa física)
241	Atualização cadastral de contribuintes – DE OFÍCIO (exclusivo da SEFAZ)
242	Recadastramento por ato da Administração Pública. (Do Poder Executivo)
243	Alteração de contribuintes cadastrados com o CPF (AM, e EP )
244	Alteração (correção) do n.º do CPF ou CNPJ dos sócios (PF e PJ)

#### **EVENTOS RELATIVOS À MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
301	Inclusão por opção pelo SIMBAHIA
302	Exclusão do SIMBAHIA por opção do contribuinte
303	Exclusão do SIMBAHIA por estar em débito com a fazenda Pública estadual
304	Exclusão do SIMBAHIA por ultrapassar os limites da recita bruta
305	Exclusão do SIMBAHIA por transformação para a forma de sociedade por ações
306	Exclusão do SIMBAHIA por exercício de atividade econômica vedada
307	Exclusão do SIMBAHIA por ingresso de sócio estrangeiro residente no exterior
308	Regularização da opção no SIMBAHIA não digitada em tempo hábil (uso da SEFAZ).
309	Exclusão do SIMBAHIA por participação no capital de outra pessoa jurídica acima do limite legal previsto.

310	Reinclusão de contribuinte cancelado ou baixado - optante SIMBAHIA (ME e PP)
311	Exclusão do SIMBAHIA por participação de sócio no capital de outra pessoa jurídica acima do limite legal previsto.
312	Exclusão do SIMBAHIA por participação de outras pessoas jurídicas no capital da empresa
313	Exclusão do SIMBAHIA por receita de venda de bens importados superior ao limite legal previsto.
314	Exclusão do SIMBAHIA por prática de embarço ou resistência à fiscalização, infração à legislação, crimes contra a ordem tributária, comercialização de mercadorias oriundas de contrabando ou descaminho ou ainda transferência da pessoa jurídica para interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou titular
315	Anulação da opção pelo SIMBAHIA
316	Outras alterações dos contribuintes optantes pelo SIMBAHIA
317	Alteração do porte ou da condição - para o contribuintes optante do SIMBAHIA
318	Reinclusão de contribuinte (cancelado ou baixado não optante do SIMBAHIA)) e optante pelo SIMBAHIA no momento da reinclusão

#### **EVENTO DE SITUAÇÕES ESPECIAL CÓDIGO**

403	<b>DESCRIÇÃO</b> Início de liquidação
405	Decretação de falência
406	Reabilitação de falência
407	Espólio de empresa individual
408	Término de liquidação
410	Início de Intervenção em Instituição financeira
411	Término de intervenção em instituição financeira
412	Interrupção temporária de atividade (paralisação temporária)
413	Reinício das atividades interrompidas temporariamente
414	Prorrogação da interrupção temporária (prorrogação da paralisação temporária)

#### **EVENTOS RELATIVOS A SOLICITAÇÃO DE BAIXA CÓDIGO**

501	<b>DESCRIÇÃO</b> Baixa por encerramento da atividade, voluntária (solicitação da empresa)
502	Baixa por Incorporação
503	Baixa por fusão de empresas
504	Baixa por cisão total
505	Baixa por encerramento do processo de falência
506	Baixa por encerramento do processo de liquidação extrajudicial
507	Baixa por elevação da filial à condição de matriz
508	Baixa por Extinção de Empresas, Autarquias e Órgãos Públicos
509	Baixa de contribuintes inscritos com CPF (AM, e EP)

#### **TABELA II NATUREZA JURÍDICA**

<b>2</b>	<b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b>
201-1	Sociedade por quotas de responsabilidade limitada – empresa pública



202-0	Sociedade anônima fechada – empresa publica
203-8	Sociedade anônima aberta – com controle acionário estatal
204-6	Sociedade anônima aberta - com controle privado
205-4	Sociedade anônima fechada – empresa privada
206-2	Sociedade por quotas de responsabilidade limitada – empresa privada
207-0	Sociedade em nome coletivo
208-9	Sociedade em comandita simples
209-7	Sociedade em comandita por ações
210-0	Sociedade de capital e industria
211-9	Sociedade civil com fins lucrativos
212-7	Sociedade em conta de participação
213-5	Firma mercantil individual
214-3	Cooperativa (Não constituída sob a forma de sociedade mercantil “LTDA”)
215-1	Consócio de empresas
216-0	Grupo de sociedades
217-8	Filial, sucursal ou agencia de empresa sediada no exterior
299-2	Outras formas de organização empresarial
301-8	Fundação mantida com recursos privados
303-4	Cartório
399-9	Outras formas de organização legal
<b>4</b>	<b>PESSOAS FÍSICAS E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO LEGAL</b>
401-4	Pessoa Física
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
101-5	Poder executivo federal
102-3	Poder executivo estadual
103-1	Poder executivo municipal
104-0	Poder legislativo federal
105-8	Poder legislativo estadual
106-6	Poder legislativo municipal
107-4	Poder judiciário federal
108-2	Poder judiciário estadual
109-0	Órgão autônomo de direito público
110-4	Autarquia federal
111-2	Autarquia estadual
112-0	Autarquia municipal
113-9	Fundação federal
114-7	Fundação estadual
115-5	Fundação municipal
199-6	Outras formas de organização da administração publica

**TABELA III**  
**QUALIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL**

01	Acionista
02	Acionista Controlador
03	Acionista Diretor
04	Acionista Presidente
05	Administrador
06	Administrador de Consócio de Empresas ou Grupo de Empresas

08	Conselheiro de Administração
09	Curador
10	Diretor
11	Interventor
12	Inventariante
13	Liquidante
14	Mãe
15	Pai
16	Presidente
17	Procurador
18	Secretário
19	Síndico (Condomínio ou Falência)
20	Sociedade Consorciada
21	Sociedade Filiada
22	Sócio
23	Sócio Capitalista
24	Sócio Comanditado
25	Sócio Comanditário
26	Sócio de Indústria
27	Sócio Estrangeiro
28	Sócio Gerente
29	Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)
30	Sócio ou Acionista Menor (Assistido ou Representado)
31	Sócio Ostensivo
32	Tabelião
33	Tesoureiro
34	Titular de Empresa Individual/Equiparada
35	Tutor
36	Gerente Delegado

#### **TABELA IV**

### **NATUREZA JURÍDICA/QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA</b> <b>Pessoa Física</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</b> <b>Código</b>
<b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b>			
201-1	Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada – Empresa Pública	Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro/Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	05, 10, 27, 28, 29 e 30
202-0	Sociedade Anônima Fechada – Empresa Pública	Acionista/Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro	01 a 05, 10, 28 e 27
203-8	Sociedade Anônima Aberta – com Controle Acionário Estatal	Acionista/Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro	01 a 05, 10, 28 e 27
204-6	Sociedade Anônima Aberta - com Controle Acionário Privado	Acionista/Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro/Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	01 a 05, 10, 27, 28, 29 e 30
205-4	Sociedade Anônima Fechada – Empresa Privada	Acionista/Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro/Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor	01 a 05, 10, 27, 28, 29 e 30

206-2	Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada – Empresa Privada	(assistido/representado) Sócio/Sócio Estrangeiro/Sócio-Gerente/ Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	22, 27, 28, 29 e 30
207-0	Sociedade em Nome Coletivo	Sócio/Sócio Estrangeiro/Sócio-Gerente/ Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	22, 27, 28, 29 e 30
208-9	Sociedade em Comandita Simples	Sócio Comanditário	25, 27, 28, 29 e 30 24, 27, 28, 29 e 30
209-7	Sociedade em Comandita por Ações	Sócio Comanditado Acionista/Administrador/Diretor/Sócio Estrangeiro/Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	01 a 05, 10, 27, 28, 29 e 30
210-0	Sociedade de Capital e Indústria	Sócio de Indústria	26, 27 e 28 23, 27, 28, 29 e 30
211-9	Sociedade Civil com Fins Lucrativos	Sócio Capitalista Sócio/Sócio Estrangeiro/ Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor)/Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado)	22, 27, 28, 29 e 30
212-7	Sociedade em Conta de Participação	Sócio	22, 27, 28, 29 e 30 27, 28 e 31
214-3	Cooperativa	Sócio Ostensivo Diretor/Presidente/Secretário/Sócio Estrangeiro/Tesoureiro	10, 16, 18, 27, 28 e 33
215-1	Consórcio de Empresas	Sociedade Consorciada/Sócio-Gerente/Sócio estrangeiro	20, 28 e 27
216-0	Grupo de Sociedades	Sociedade Filiada/Sócio Gerente/Sócio Estrangeiro	21, 28 e 27
301-8	Fundação Mantida com recursos Privados	Diretor/Presidente/Secretário/Sócio Estrangeiro/Tesoureiro	10, 16, 18, 27, 28 e 33

#### **TABELA V**

### **NATUREZA JURÍDICA E QUALIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</b>	<b>Código</b>
---------------	------------------	------------------------------------	---------------

#### **ENTIDADES EMPRESARIAIS**

213-5	Firma Mercantil Individual	Titular	34
201-1	Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada – Empresa Pública	Administrador/Gerente-Delegado	05 e 36
202-0	Sociedade Anônima Fechada – Empresa Pública	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
203-8	Sociedade Anônima Aberta – com Controle Acionário Estatal	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
204-6	Sociedade Anônima Aberta - com Controle Acionário Privado	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
205-4	Sociedade Anônima Fechada – Empresa Privada	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
206-2	Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada – Empresa Privada	Procurador/Sócio-Gerente/Gerente-Delegado	17, 28 e 36
207-0	Sociedade em Nome Coletivo	Procurador/Sócio-Gerente/Gerente-Delegado	17, 28 e 36
208-9	Sociedade em Comandita Simples	Procurador/Sócio-Comanditado/Gerente-Delegado	17, 24 e 36
209-7	Sociedade em Comandita por Ações	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
210-0	Sociedade de Capital e Indústria	Procurador/Sócio-Gerente/Gerente-Delegado	17, 28 e 36
211-9	Sociedade Civil com Fins Lucrativos	Procurador/Sócio-Gerente/Gerente-Delegado	17, 28 e 36
212-7	Sociedade em Conta de Participação	Diretor/Procurador/Gerente-Delegado	10, 17 e 36
214-3	Cooperativa	Presidente/Procurador/Gerente-Delegado	16, 17 e 36
215-1	Consórcio de Empresas	Administrador/Procurador/Gerente-Delegado	05, 17 e 36
216-0	Grupo de Sociedades	Administrador/Procurador/Gerente-Delegado	05, 17 e 36
299-2	Outras formas de organização empresarial	Administrador/Diretor/Presidente/Procurador/Sindico/Tesoureiro/Gerente-Delegado	05, 10, 16, 17, 19, 33 e 36
301-8	Fundação Mantida com Recursos Privados	Presidente/Gerente-Delegado	16 e 36
302-6	Associação	Diretor/Presidente/ Síndico	10, 16 e 19
303-4	Cartório	Tabelião	32
399-9	Outras formas de organização legal	Administrador/Diretor/Presidente/Procurador/Sindico/Tesoureiro/Gerente-Delegado	05, 10, 16, 17, 19, 33 e 36
401-4	Pessoa Física Equiparada à Pessoa Jurídica	Titular	34
101-5	Poder Executivo Federal	Administrador	05
102-3	Poder Executivo Estadual	Administrador	05
103-1	Poder Executivo Municipal	Administrador	05
104-0	Poder Legislativo Federal	Administrador	05
105-8	Poder Legislativo Estadual	Administrador	05
106-6	Poder Legislativo Municipal	Administrador	05
107-4	Poder Judiciário Federal	Administrador	05

108-2	Poder Judiciário Estadual	Administrador	05
109-0	Órgão Autônomo de Direito Público	Administrador	05
110-4	Autarquia Federal	Presidente	16
111-2	Autarquia Estadual	Presidente	16
112-0	Autarquia Municipal	Presidente	16
113-9	Fundação Federal	Presidente	16
114-7	Fundação Estadual	Presidente	16
115-5	Fundação Municipal	Presidente	16
199-6	Outras formas de organização da administração pública	Administrador/Diretor/Presidente/Procurador/Sindico/Tesoureiro/Gerente-Delegado	05, 10, 16, 17, 19, 33

	Em Liquidação Judicial ou Extrajudicial	Liquidante	13
	Falência	Síndico	19
	Instituição Financeira em Intervenção	Interventor	11
	Espólio de Firma Mercantil Individual	Inventariante	12
	Inscrição de Filial de empresa estrangeira no Brasil	Procurador	17

#### TABELA VI

#### REPRESENTANTE LEGAL (PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO SOCIETÁRIO)

REPRESENTANTE	CÓDIGO DE QUALIFICAÇÃO
Sócio Estrangeiro	17 – Procurador
Sócio Menor (Assistido/Representado)	09 – Curador 14 – Mãe 15 – Pai 35 – Tutor
Sócio Representado ( Incapaz, exceto o menor)	09 – Curador 35 – Tutor

#### ANEXO 64

#### MANUAL DE ORIENTAÇÃO

##### 1 - APRESENTAÇÃO

1.1 - Este manual visa a orientar a execução dos serviços destinados à emissão de documentos e escrituração de livros fiscais e a manutenção de informações em meio magnético, por contribuintes do IPI e/ou do ICMS usuários de sistema eletrônico de processamento de dados, na forma estabelecida no Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995.

1.2 - Contém instruções para preenchimento do Pedido/Comunicação de Uso de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, para emissão de documentos fiscais, escrituração de livros e fornecimento de informações à Secretaria da Receita Federal, e às Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças e Tributação dos Estados e do Distrito Federal e, finalmente, instruções sobre preenchimento do respectivo Recibo de Entrega.

1.3 - As informações serão prestadas em meio magnético e/ou formulários.

##### 2 - DAS INFORMAÇÕES

2.1 - O contribuinte, de que trata a cláusula primeira, está sujeito a prestar informações fiscais em meio magnético de acordo com as especificações indicadas neste manual, mantendo, pelo prazo previsto na legislação da unidade federada a que estiver vinculado, arquivo magnético com registros fiscais referentes à totalidade das operações de entradas e de saídas e das aquisições e prestações realizadas e prestações realizadas no exercício de apuração:

2.1.1 - por totais de documento fiscal e por item de mercadoria (classificação fiscal), quando se tratar de Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A.

2.1.2 - por totais de documento fiscal, quando se tratar de:

a) Nota Fiscal de Serviços de Transporte, modelo 7, quando emitida por prestador de serviços de transporte ferroviário de carga;

- b) Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- c) Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- d) Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- e) Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, nas entradas;
- f) Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22, nas aquisições;
- g) Nota Fiscal de Entrada, modelo 3 emitida até 29 de fevereiro de 1996;

2.1.3 - por total diário, por equipamento, quando se tratar de saída documentada por Cupom Fiscal emitido por máquina registradora não acoplada a computador.

2.1.4 - por total diário, por equipamento, e por resumo mensal por item de mercadoria, por estabelecimento, identificando cada situação tributária, quando se tratar de saída documentada por:

a) Cupom Fiscal e Nota Fiscal de Venda a Consumidor, emitidos por ECF-PDV, ECF-IF ou ECF-MR interligado;

b) Cupom Fiscal PDV e Nota Fiscal de Venda a Consumidor, emitidos por terminal ponto de venda – PDV

2.1.5 - por total diário, por espécie de documento fiscal, quando se tratar de:

- a) Autorização de Carregamento e Transporte, modelo 24;
- b) Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14;
- c) Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15;
- d) Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16;
- e) Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13;
- f) Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- g) Despacho de Transporte, modelo 17;
- h) Manifesto de Carga, modelo 25;
- i) Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21;
- j) Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2;
- l) Nota Fiscal de Produtor, modelo 4;
- m) Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, exceto quando emitida por prestador de serviços de transporte ferroviário de cargas;
- n) Ordem de Coleta de Carga, modelo 20;
- o) Resumo Movimento Diário, modelo 18.

2.2 - Observações:

2.2.1 - O disposto no item 2.1.2 se aplica também às antigas Notas Fiscais modelo 1, séries A, B, C e Única e à antiga Nota Fiscal de Entrada, modelo 3, emitidas até 29 de fevereiro de 1996.

2.2.2 - O disposto no item 2.1.4 se aplica também à Nota Fiscal Simplificada, emitida até 13 de dezembro de 1994.

2.2.3. O registro fiscal por item de mercadoria de que trata o subitem 2.1.1 fica dispensado quando o estabelecimento utilizar sistema eletrônico de processamento de dados somente para a escrituração de livro fiscal.

### 3 - INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO PEDIDO/ COMUNICAÇÃO

#### 3.1 - QUADRO I - Motivo do Preenchimento

##### 3.1.1. - Campo 01 – Pedido/Comunicação de:

ITEM 1 - USO – Assinalar com “x” o pedido inicial de autorização para uso do sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos fiscais e/ou escrituração de livros fiscais;

ITEM 2 - ALTERAÇÃO DE USO – Assinalar com “x” quando se tratar de alteração referente a quaisquer das informações de pedido anterior. Este pedido deverá conter, além das alterações, as demais informações relativas ao uso do sistema eletrônico de processamento de dados, de modo que este documento reflita a situação atual proposta pelo usuário.

ITEM 3 - Recadastramento - Assinalar com "x" no caso de novo cadastramento, quando exigido pelo Fisco da unidade da Federação.

ITEM 4 - Cessação de Uso a Pedido - Assinalar com "x" numa das seguintes situações:

- a) cessação total, quando deverão ser preenchidos os campos de 04 a 06 e 24 a 28;
- b) cessação parcial referente a livros ou documentos específicos, quando deverão ser preenchidos os campos de 04 a 06, 07 e/ou 08, conforme o caso, e os campos 24 a 28.

ITEM 5 - Cessação de Uso de Ofício (Uso Exclusivo do Fisco) - Assinalar com "x" numa das seguintes situações:

- a) cessação total, quando deverão ser preenchidos os campos de 04 a 06;

b) cessação parcial referente a livros ou documentos específicos, quando deverão ser preenchidos os campos de 04 a 06, 07 e/ou 08, conforme o caso.

3.1.2 - CAMPO 02 - Processamento - Para uso da repartição fazendária.

3.1.3 - CAMPO 03 - Carimbo de Inscrição Estadual - Apor carimbo de inscrição estadual, quando exigido pela legislação da unidade da Federação.

3.2 - QUADRO II - Identificação do Usuário

3.2.1 - CAMPO 04 - Número da Inscrição Estadual - Preencher com o número da inscrição estadual do estabelecimento no cadastro de contribuintes do ICMS.

3.2.2 - CAMPO 05 - Número do CGC/MF - Preencher com o número da inscrição do estabelecimento no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

3.2.3 - CAMPO 06 - Nome Comercial (Razão Social/Denominação) - Preencher com o nome comercial (razão social/denominação) do estabelecimento. Evitar abreviaturas.

3.3 - QUADRO III - Livros e/ou Documentos Fiscais Emitidos por Sistema Eletrônico de Processamento de Dados.

3.3.1 - CAMPO 07 - Códigos dos Documentos Fiscais - Preencher com os códigos dos documentos fiscais, conforme tabela abaixo:

TABELA DE MODELOS DE DOCUMENTOS FISCAIS

CÓDIGO	MODELO
24	Autorização de Carregamento e Transporte, modelo 24
14	Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14
15	Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15
16	Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16
13	Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13
10	Conhecimento Aéreo, modelo 10
11	Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11
09	Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9
08	Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8
17	Despacho de Transporte, modelo 17
25	Manifesto de Carga, modelo 25
01	Nota Fiscal, modelo 1
06	Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6
03	Nota Fiscal de Entrada, modelo 3
21	Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21
04	Nota Fiscal de Produtor, modelo 4
22	Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22
07	Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7
02	Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 02
20	Ordem de Coleta de Carga, modelo 20
18	Resumo Movimento Diário, modelo 18

3.3.2 - CAMPO 8 - Livros Fiscais - Assinalar o(s) livro(s) objeto do pedido.

3.4 - QUADRO IV - Especificações Técnicas

Os campos deste quadro deverão ser preenchidos com as especificações técnicas dos equipamentos e programas utilizados para emissão e escrituração por sistema eletrônico de processamento de dados.

3.4.1 - CAMPO 9 - UCP - Fabricante/Modelo - Indicar o fabricante e o modelo da unidade central de processamento, utilizando, se necessário, o verso do formulário.

3.4.2 - CAMPO 10 - Sistema Operacional - Indicar o sistema operacional e seu número de versão.

3.4.3 - CAMPO 11 - Meios Magnéticos Disponíveis - Assinalar com "x" o meio magnético de apresentação do registro fiscal.

3.4.4 - CAMPO 12 - Linguagem de Programação - Indicar a linguagem em que foram codificados os programas.

- 3.4.5 - CAMPO 13 - Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD) - Indicar o gerenciador do banco de dados, ou seja, o conjunto de rotinas que administra o banco de dados, se houver.
- 3.5 - QUADRO V - Identificação do Estabelecimento onde se Localiza s UCP
- 3.5.1 - CAMPO 14 - Número de Inscrição Estadual/Municipal - Preencher com o número da inscrição estadual ou, no caso de este inexistir, com o número de inscrição municipal do estabelecimento onde se encontra a unidade central de processamento, precedido da letra M.
- 3.5.2 - CAMPO 15 - Número de Inscrição no CGC/MF - Preencher com o número de inscrição no CGC/MF do estabelecimento onde se encontra a unidade central de processamento.
- 3.5.3 - CAMPO 16 - Nome Comercial (Razão Social/Denominação) - Indicar o nome comercial (razão social/denominação) do estabelecimento onde se encontra a unidade central de processamento. Evitar abreviaturas.
- 3.5.4 - CAMPOS 17 A 23 - Endereço e Telefone do Estabelecimento Preencher com tipo, título e nome do logradouro, número, complemento, município, unidade da Federação, CEP do endereço do estabelecimento onde se encontra a unidade central de processamento e o número do telefone.
- 3.6 - QUADRO VI - Responsável pelas Informações
- 3.6.1 - CAMPO 24 - Nome do Signatário - Indicar o nome da pessoa que, representando a empresa requerente/declarante, assinar o pedido de comunicação.
- 3.6.2 - CAMPO 25 - TELEFONE/FAX - Preencher com o número de telefone do estabelecimento para contatos sobre processamento de dados.
- 3.6.3 - CAMPO 26 - Cargo na Empresa - Preencher com o nome do cargo ocupado pelo signatário na empresa.
- 3.6.4 - CAMPO 27 - CPF/Número de Identidade - Preencher com o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF/MF ou da carteira de identidade do signatário.
- 3.6.5 - CAMPO 28 - Data e Assinatura - Preencher a data e apor a assinatura.
- 3.7 - QUADRO VII - Para uso da Repartição Fazendária
- 3.7.1 - CAMPOS 29 A 31 - Para uso da Repartição Fazendária - Não preencher, uso da repartição fazendária.
- 3.7.2 - CAMPO 32 - Visto/Carimbo da Receita Federal - Não preencher, uso da Secretaria da Receita Federal.
- 4 - FORMA DE ENTREGA E DESTINAÇÃO DAS VIAS
- O Pedido/Comunicação de Uso de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados será apresentado à repartição fiscal da unidade da Federação que estiver vinculado o estabelecimento interessado, preenchido datilograficamente, em quatro (4) vias que, após o despacho, terão a seguinte destinação:
- 4.1 - a via original e outra via - serão retidas pelo fisco;
- 4.2 - uma via - será entregue pelo requerente/declarante à Divisão de Tecnologia e Informações da Delegacia da Receita Federal a que estiver subordinado;
- 4.3 - uma via - será devolvida ao requerente/declarante, para servir como comprovante.
- 5 - DADOS TÉCNICOS DE GERAÇÃO DO ARQUIVO
- 5.1 - FITA MAGNÉTICA OU CARTUCHO
- 5.1.1 - A critério da unidade da Federação receptora, os dados poderão ser entregues utilizando fita magnética ou cartucho.
- 5.1.2 - Tamanho do registro: 126 bytes;
- 5.1.3 - Tamanho do bloco: 16380 bytes;
- 5.1.4 - Densidade de gravação: 1600, 6250 ou 38000 bpi;
- 5.1.5 - Quantidade de trilhas: 9 ou 18 trilhas;
- 5.1.6 - Label: "No Label" - com um "tapermark" no início e outro no fim do volume;
- 5.1.7 - Codificação: EBCDIC
- 5.1.8 - Fica a critério da unidade da Federação, a definição da densidade de gravação e quantidade de trilhas entre as citadas nos subitens 5.1.4 e 5.1.5, respectivamente.
- 5.2 - DISCO FLEXÍVEL DE 5 1/4" ou 3 1/2"
- 5.2.1 - Face de gravação: dupla;
- 5.2.2 - Densidade de gravação: dupla ou alta;
- 5.2.3 - Formatação: compatível com o MS-DOS;
- 5.2.4 - Tamanho do registro: 126 bytes, acrescidos de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro;
- 5.2.5 - Organização: seqüencial;



5.2.6 - Codificação: ASCII;

5.2.7 - A critério da unidade da Federação receptora, os dados gerados com as características descritas neste subitem poderão ser enviados via teleprocessamento.

5.3 - FITA DAT

5.3.1 - A critério da unidade da Federação receptora, os dados poderão ser entregues utilizando fitas DAT;

5.3.2 - Capacidade: 2 Gigabyte ou, a critério da unidade da Federação receptora, outras capacidades;

5.3.3 - Sistema Operacional utilizado para geração da fita: a critério da unidade da Federação receptora;

5.3.4 - Tamanho do registro: 126 bytes, acrescidos de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro;

5.3.5 - Organização: seqüencial;

5.3.6 - Codificação: ASCII.

5.4 - OUTRAS MÍDIAS

5.4.1 - A critério da unidade da Federação receptora, os dados poderão ser entregues utilizando outras mídias.

5.5 - FORMATO DOS CAMPOS

5.5.1 - Numérico (N), sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos a vírgula e os pontos decimais, com as posições não significativas zeradas.

5.5.2 - Alfanumérico (X) - alinhado à esquerda, com as posições não significativas em branco.

5.6 - PREENCHIMENTOS DOS CAMPOS

5.6.1 - NUMÉRICO - Na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com zeros. As datas deverão ser expressas no formato ano, mês e dia (AAAAMMDD).

5.6.2 - ALFANUMÉRICO - Na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com brancos.

6 - ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO

6.1 - Os arquivos deverão estar acondicionados de maneira adequada de modo a preservar seu conteúdo. Cada mídia deverá ser identificada através de etiqueta, contendo as seguintes informações:

6.1.1 - CGC/MF do estabelecimento a que se referem as informações contidas no arquivo, no formato 99.999.999/9999-99;

6.1.2 - Inscrição Estadual - número de inscrição estadual do estabelecimento informante;

6.1.3 - A expressão "Registro Fiscal" e "Convênio ICMS 57/95";

6.1.4 - Nome comercial (razão social/denominação do estabelecimento);

6.1.5 - AA/BB - número de mídias onde BB significa a quantidade total de mídias entregues e AA a seqüência da numeração na relação de mídias;

6.1.6 - Abrangência das informações - datas, inicial e final, que delimitam o período a que se refere o arquivo;

6.1.7 - Densidade de gravação - indica em que densidade foi gravado o arquivo;

6.1.8 - Tamanho do bloco, quando aplicável.

7 - ESTRUTURA DO ARQUIVO MAGNÉTICO

7.1 - O arquivo magnético compõe-se dos seguintes tipos de registros:

7.1.1 - Tipo 10 - Registro mestre do estabelecimento, destinado à identificação do estabelecimento informante;

7.1.2 - Tipo 11 - Dados complementares do informante;

7.1.3 - Tipo 50 - Registro de total de Nota Fiscal modelos 1 e 1 A, Nota Fiscal de Entrada, modelo 3, Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6 e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22, destinado a especificar as informações de totalização do documento fiscal, relativamente ao ICMS;

7.1.4 - Tipo 51 - Registro de total de Nota Fiscal modelos 1 e 1 A e de Nota Fiscal de Entrada, modelo 3, destinado a especificar as informações de totalização do documento fiscal, relativamente ao IPI;

7.1.5 - Tipo 53 - Registro de total de documento fiscal, quanto à substituição tributária;

7.1.6 - Tipo 54 - Registro de Produto (classificação fiscal);

7.1.7 - Tipo 55 - Registro de Guia Nacional de Recolhimento;

7.1.8 - Tipo 60 - Registro destinado a informar as operações e prestações realizadas com os documentos fiscais emitidos por equipamento emissor de cupom fiscal os quais são: Cupom Fiscal, Cupom

Fiscal – PDV, Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13), Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16) e Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2);

7.1.9 - Tipo 61 - Para os documentos fiscais descritos a seguir, quando não emitidos por equipamento emissor de cupom fiscal: Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13), Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16), Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2), Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (modelo 21), Nota Fiscal de Produtor (modelo 4), Nota Fiscal de Serviço de Transporte (modelo 7), exceto quando emitida por prestador de serviços de transporte ferroviário de cargas;

7.1.10 - Tipo 70 - Registro de total de Nota Fiscal de Serviço de Transporte (modelo 7), quando emitida por prestador de serviços de transporte ferroviário de cargas, de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (modelo 8), de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas (modelo 9), de Conhecimento Aéreo (modelo 10) e de Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas (modelo 11), destinado a especificar as informações de totalização do documento fiscal, relativamente ao ICMS;

7.1.11 - Tipo 71 - Registro de Informações da carga transportada referente a Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (modelo 8), Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas (modelo 9), de Conhecimento Aéreo (modelo 10) e de Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas (modelo 11);

7.1.12 - Tipo 75 - Registro de Código de Produto e Serviço;

7.1.13 - Tipo 90 - Registro de totalização do arquivo, destinado a fornecer dados indicando a quantidade de registros.

## 8 - MONTAGEM DO ARQUIVO MAGNÉTICO DE DOCUMENTOS FISCAIS

8.1 - O arquivo deverá ser composto pelos seguintes conjuntos de registros, classificados na ordem abaixo:

Tipos de Registros	Posições de Classificação	A/D	Denominação dos Campos de Classificação	Observações
10				1º registro
11				2º registro
50, 51, 53	1 a 2 31 a 38	A A	Tipo Data	
54	3 a 16 19 a 21 22 a 23 24 a 29 33 a 35	A A A A A	CGC Série Subsérie Número Número do Item	
55	31 a 38	A	Data	
60	4 a 11 12 a 14 3	A A D	Data Número da Máquina Registradora, PDV ou ECF Mestre/Analítico	
61, 70 e 71	1 a 2 31 a 38	A A	Tipo Data	
75	19 a 32	A	Código do Produto ou Serviço	
90				Últimos registros

8.2 - A indicação "A/D" significa "ascendente/descendente.;

## 9 - REGISTRO TIPO 10

### MESTRE DO ESTABELECIMENTO

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"10"	02	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do estabelecimento informante	14	3	16	N
03	Inscrição	Inscrição estadual do	14	17	30	X

	Estadual	estabelecimento informante				
04	Nome do Contribuinte	Nome comercial (razão social / denominação) do contribuinte	35	31	65	X
05	Município	Município onde está domiciliado o estabelecimento informante	30	66	95	X
06	Unidade da Federação	Unidade da Federação referente ao Município	2	96	97	X
07	Fax	Número do fax do estabelecimento informante	10	98	107	N
08	Data Inicial	A data do início do período referente às informações prestadas	8	108	115	N
09	Data Final	A data do fim do período referente às informações prestadas	8	116	123	N
10	Código da identificação do Convênio	Código da identificação do Convênio utilizado no arquivo magnético, conforme tabela abaixo	1	124	124	X
11	Código da identificação da natureza das operações informadas	Código da identificação da natureza das operações informadas, conforme tabela abaixo	1	125	125	X
12	Código da finalidade do arquivo magnético	Código do finalidade utilizado no arquivo magnético, conforme tabela abaixo	1	126	126	X

09.1 - OBSERVAÇÕES:

09.1.1 - Tabela para preenchimento do campo 10:

TABELA DE Código da identificação do Convênio

Código	Descrição do código de identificação do Convênio
1	Convênio 31/99

09.1.2 - Tabela para preenchimento do campo 11

Tabela para Código da identificação da natureza das operações informadas

Código	Descrição do código da natureza das operações
1	Interestaduais somente operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
2	Interestaduais – operações com ou sem Substituição Tributária
3	Totalidade das operações do informante

09.1.3 - Tabela para preenchimento do campo 12:

TABELA DE FINALIDADES DA APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO MAGNÉTICO

Código	Descrição da finalidade
1	Normal
2	Retificação total de arquivo: substituição total de informações prestadas pelo contribuinte referentes a este período
3	Retificação aditiva de arquivo: acréscimo de informação não incluída em arquivos já apresentados
4	Retificação corretiva de arquivo: substituição de

	informação relativa a documento já informado
5	Desfazimento: arquivo de informação referente a operações/prestações não efetivadas . Neste caso, o arquivo deverá conter, além dos registros tipo 10 e tipo 90, apenas os registros referentes as operações/prestações não efetivadas

#### 10 - Registro Tipo 11

##### Dados Complementares do Informante

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"11"	02	1	2	N
02	Logradouro	Logradouro	34	3	36	X
03	Número	Número	5	37	41	N
04	Complemento	Complemento	22	42	63	X
05	Bairro	Bairro	15	64	78	X
06	CEP	Código de Endereçamento Postal	8	79	86	N
07	Nome do Contato	Pessoa responsável para contatos	28	87	114	X
08	Telefone	Número dos telefones para contatos	12	115	126	N

#### 11 - REGISTRO TIPO 50

NOTA FISCAL, MODELO 1 OU 1-A (código 01), QUANTO AO ICMS

NOTA FISCAL DE ENTRADA, MODELO 3 (código 03)

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA, MODELO 6 (código 06),

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, MODELO 22 (código 22)

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"50"	02	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	14	17	30	X
04	Data de emissão ou recebimento	Data de emissão na saída ou de recebimento na entrada	8	31	38	N
05	Unidade da Federação	Sigla da unidade da Federação do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	2	39	40	X
06	Modelo	Código do modelo da nota fiscal	2	41	42	N
07	Série	Série da nota fiscal	3	43	45	X
08	Subsérie	Subsérie da nota fiscal	2	46	47	X
09	Número	Número da nota fiscal	6	48	53	N
10	CFOP	Código Fiscal de Operação e Prestação	3	54	56	N
11	Valor Total	Valor total da nota fiscal (com 2 decimais)	13	57	69	N

12	Base de Cálculo do ICMS	Base de Cálculo do ICMS (com 2 decimais)	13	70	82	N
13	Valor do ICMS	Montante do imposto (com 2 decimais)	13	83	95	N
14	Isenta ou não-tributada	Valor amparado por isenção ou não incidência (com 2 decimais)	13	96	108	N
15	Outras	Valor que não confira débito ou crédito do ICMS (com 2 decimais)	13	109	121	N
16	Alíquota	Alíquota do ICMS (com 2 decimais)	4	122	125	N
17	Situação	Situação da nota fiscal quanto ao cancelamento	1	126	126	X

#### 11.1 - OBSERVAÇÕES

11.1.1 - Este registro deverá ser composto por contribuinte do ICMS, obedecendo a sistemática semelhante à da escrituração dos livros Registro de Entradas e Registro de Saída;

11.1.2 - Nas operações decorrente das vendas de produtos agropecuários, inclusive café em grão, efetuadas pelo Banco do Brasil S.A., em leilão na bolsa de mercadorias, em nome de produtores (Conv. ICMS 46/94 de 29 de março de 1994 e Conv. ICMS 132/95 de 11 de dezembro de 1995), os CAMPOS 02, 03 e 05 devem conter os dados do emitente da Nota Fiscal, devendo a cada registro Tipo 50 corresponder um registro Tipo 71, com os dados dos estabelecimentos remetente e destinatário;

11.1.3 - Em se tratando de Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, o registro deverá ser composto apenas na entrada de energia ou aquisição de serviço de telecomunicações;

11.1.4 - No caso de documentos com mais de uma alíquota de ICMS, deve ser gerado um registro por alíquota; neste caso, os valores dos CAMPOS 11, 12, 13, 14 e 15 referem-se à soma das operações da alíquota informada no registro;

##### 11.1.5 - CAMPO 02

11.1.5.1 - Em se tratando de pessoas não obrigadas à inscrição no CGC/MF, preencher com o CPF.

11.1.5.2 - Tratando-se de operações com o exterior ou com pessoa física não inscrita no CPF zerar o campo;

##### 11.1.6 - CAMPO 03

11.1.6.1 - Tratando-se de operações com o exterior ou com pessoas não obrigadas à inscrição estadual, o campo assumirá o conteúdo "ISENTO";

11.1.6.2 - Na hipótese de registro referente a fornecimento feito por produtor agropecuário, em que seja obrigatória a emissão de Nota Fiscal de Entrada, a unidade da Federação poderá dispor sobre qual informação pretende neste campo;

##### 11.1.7 - CAMPO 05 - Tratando-se de operações com o exterior, colocar "EX";

11.1.8 - CAMPO 06 - Preencher conforme códigos da tabela de modelos de documentos fiscais, do subitem 3.3;

##### 11.1.9 - CAMPO 07

11.1.9.1. Em se tratando de documento sem seriação deixar em branco as três posições.

11.1.9.2 - No caso de Nota Fiscal, modelo 1 e 1-A (código 01), preencher com o algarismo designativo da série ("1", "2" etc..) deixando em branco as posições não significativas.

11.1.9.3 - Em se tratando de documentos com seriação indicada por letra, preencher com a respectiva letra (B, C ou E). No caso de documentos fiscais de "Série Única" preencher com a letra U.

11.1.9.4 - Em se tratando dos documentos fiscais de série indicada por letra seguida da expressão "Única" ("Série B-Única", "Série C-Única" ou "Série E-Única"), preencher com a respectiva letra (B, C ou E) na primeira posição e com a letra U na segunda posição, deixando em branco a posição não significativa.

11.1.9.5 - No caso de documento fiscal de "Série Única" seguida por algarismo arábico ("Série

Única 1”, “Série Única 2” etc...) preencher com a letra U na primeira posição, deixando em branco as posições não significativas. O algarismo respectivo deverá ser indicado no campo Subsérie.”

#### 11.1.10 - CAMPO 08

11.1.10.1 - Em se tratando de documento fiscal sem subseriação deixar em branco as duas posições.

11.1.10.2 - No caso de Nota Fiscal, modelo 1 e 1-A (código 01), preencher com brancos.”

11.1.10.3 - No caso de subsérie designada por algarismo apostro à letra indicativa da série (“Série B Subsérie 1”, “Série B Subsérie 2” ou “Série B-1”, “Série B-2” etc..) ou de documento fiscal de série Única com subsérie designada por algarismo (“Série Única 1”, “Série Única 2” etc...), preencher com o algarismo de subsérie (“1”, “2” etc...) deixando em branco a posição não significativa.

11.1.10.4 No caso de subseriação de documentos fiscais de séries "A-única", "B-única", "C-única" e "E-única", colocar "U" na primeira posição e o número da subsérie na segunda posição;

11.1.11 - CAMPO 10 - Um registro para cada CFOP do Documento Fiscal, sendo que constará, no registro, CFOP igual ao lançado no livro fiscal respectivo.

#### 11.1.12 - CAMPO 12 – Base de Cálculo do ICMS

11.1.12.1 - Colocar o valor da base de cálculo do ICMS, quando não se tratar de operação ou prestação com substituição tributária;

11.1.12.2 - Quando se tratar de operação ou prestação com substituição tributária deve-se:

11.1.12.2.1 - colocar o valor da base de cálculo ICMS próprio, quando se tratar de operação de saída e o informante for o substituto tributário;

11.1.12.2.2 - zerar o campo quando o informante não for o substituto tributário.

#### 11.1.13 - CAMPO 13 – Valor do ICMS

11.1.13.1 - Colocar o valor do ICMS, quando não se tratar de operação com substituição tributária;

11.1.13.2 - Quando se tratar de operação com substituição tributária deve-se:

11.1.13.2.1 - colocar o valor do ICMS próprio, quando se tratar de operação de saída e o informante for o substituto tributário;

11.1.13.2.2 - zerar o campo quando o informante não for o substituto tributário.

11.1.14 - CAMPO 17 - Preencher com "S", se se tratar de documento fiscal regularmente cancelado e com "N", caso contrário.

11.1.15 - o registro das antigas Notas Fiscais, modelo 1, séries A, B, C ou U, e modelo 3, série E, somente poderá se referir a emissões anteriores a 01 de março de 1996.

#### 12 - REGISTRO TIPO 51

##### TOTAL DE NOTA FISCAL QUANTO AO IPI

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"51"	2	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	14	17	30	X
04	Data de emissão/recebimento	Data de emissão na saída ou recebimento na entrada	8	31	38	N
05	Unidade da Federação	Sigla da unidade da Federação do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	2	39	40	X
06	Série	Série da nota fiscal	2	41	42	X
07	Subsérie	Subsérie da nota fiscal	2	43	44	X
08	Número	Número da nota fiscal	6	45	50	N
09	CFOP	Código Fiscal de Operação e Prestação	3	51	53	N
10	Valor Total	Valor total da nota fiscal (com 2 decimais)	13	54	66	N

11	Valor do IPI	Montante do IPI (com 2 decimais)	13	67	79	N
12	Isenta ou não-tributada – IPI	Valor amparado por isenção ou não incidência do IPI (com 2 decimais)	13	80	92	N
13	Outras – IPI	Valor que não confira débito ou crédito do IPI (com 2 decimais)	13	93	105	N
14	Branco	Branco	20	106	125	X
15	Situação	Situação do documento fiscal quanto ao cancelamento	1	126	126	X

#### 12.1 - OBSERVAÇÕES:

12.1.1 - Este registro deverá ser composto somente por contribuintes do IPI, obedecendo a sistemática semelhante à da escrituração dos livros Registro de Entradas e Registro de Saídas;

12.1.2 - CAMPO 02 - Valem as observações do subitem 11.1.5;

12.1.3 - CAMPO 03 - Valem as observações do subitem 11.1.6;

12.1.4 - CAMPO 05 - Valem as observações do subitem 11.1.7;

12.1.5 - CAMPO 06 - Valem as observações do subitem 11.1.9;

12.1.6 - CAMPO 07 - Valem as observações do subitem 11.1.10;

12.1.7 - CAMPO 09 - Valem as observações do subitem 11.1.11;

12.1.8 - CAMPO 15 - Valem as observações do subitem 11.1.14

13 - REGISTRO TIPO 53

#### SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"53"	2	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do contribuinte Substituído	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do Contribuinte substituído	14	17	30	X
04	Data de emissão/ recebimento	Data de emissão na saída ou recebimento na entrada	8	31	38	N
05	Unidade da Federação	Sigla da unidade da Federação do contribuinte substituído	2	39	40	X
06	Modelo	Código do modelo da nota fiscal	2	41	42	N
07	Série	Série da nota fiscal	3	43	45	X
08	Subsérie	Subsérie da nota fiscal	2	46	47	X
09	Número	Número da nota fiscal	6	48	53	N
10	CFOP	Código Fiscal de Operação e Prestação	3	54	56	N
11	Base Cálculo do ICMS Substituição Tributária	Base de cálculo de retenção do ICMS (com 2 decimais)	13	57	69	N
12	ICMS retido	ICMS retido pelo substituto (com 2 decimais)	13	70	82	N
13	Despesas Acessórias	Soma das despesas acessórias (frete, seguro e outras - com 2 decimais)	13	83	95	N
14	Situação	Situação do documento fiscal quanto ao cancelamento	1	96	96	X
15	Branco		30	97	126	X

#### 13.1 - OBSERVAÇÕES

13.1.1 - Este registro só é obrigatório para o contribuinte substituto tributário, nas operações com mercadorias.

13.1.2 - CAMPO 03 - Valem as observações do subitem 11.1.6;

13.1.3 - CAMPO 06 - Valem as observações do subitem 11.1.8;

13.1.4 - CAMPO 07 - Valem as observações do subitem 11.1.9;

13.1.5 - CAMPO 08 - Valem as observações do subitem 11.1.10;

13.1.6 - CAMPO 10 - Valem as observações do subitem 11.1.11;

13.1.7 - CAMPO 14 - Valem as observações do subitem 11.1.14.

14 - REGISTRO TIPO 54

#### PRODUTO

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	“54”	2	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do remetente nas entradas e do destinatário nas saídas	14	3	16	N
03	Modelo	Código do modelo da nota fiscal	2	17	18	N
04	Série	Série da nota fiscal	3	19	21	X
05	Subsérie	Subsérie da nota fiscal	2	22	23	X
06	Número	Número da nota fiscal	6	24	29	N
07	CFOP	Código Fiscal de Operação e Prestação	3	30	32	N
08	Número do Item	Número de ordem do item na nota fiscal	3	33	35	N
09	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço do informante	14	36	49	X
10	Quantidade	Quantidade do produto (com 3 decimais)	13	50	62	N
11	Valor do Produto	Valor bruto do produto (valor unitário multiplicado por quantidade) - com 2 decimais	12	63	74	N
12	Valor do Desconto / Despesa Acessória	Valor do Desconto Concedido no item (com 2 decimais).	12	75	86	N
13	Base de Cálculo do ICMS	Base de cálculo do ICMS (com 2 decimais)	12	87	98	N
14	Base de Cálculo do ICMS para Substituição Tributária	Base de cálculo do ICMS de retenção na Substituição Tributária (com 2 decimais)	12	99	110	N
15	Valor do IPI	Valor do IPI (com 2 decimais)	12	111	122	N
16	Alíquota do ICMS	Alíquota Utilizada no Cálculo do ICMS (com 2 decimais)	4	123	126	N

14.1 - Observações:

14.1.1 - Devem ser gerados:

14.1.1.1 - Um registro para cada produto ou serviço constante da nota fiscal e/ou romaneio;

14.1.1.2 - Registros para informar valores do frete, seguro e outras despesas acessórias que constem do corpo da nota fiscal (ver observações nos subitens 14.1.5 e 14.1.7);

14.1.2 - CAMPO 03 - Preencher conforme códigos da tabela de modelos de documentos fiscais



do subitem 3.3.1;

14.1.3 - CAMPO 04 - Valem as observações do subitem 11.1.9;

14.1.4 - CAMPO 05 - Valem as observações do subitem 11.1.10;

14.1.5 - CAMPO 08 – Deve refletir a posição seqüencial de cada produto ou serviço na nota fiscal, obedecendo os seguintes critérios:

14.1.5.1 - 001 a 990 – número seqüencial do produto ou serviço;

14.1.5.2 - 991 – identifica o registro do frete;

14.1.5.3 - 992 – identifica o registro do seguro;

14.1.5.4 - 999 – identifica o registro de outras despesas acessórias.

14.1.6 - CAMPO 09

14.1.6.1 - Informar a própria codificação utilizada no sistema de controle de estoque/emissão de nota fiscal do contribuinte, listando esta codificação e os demais dados do produto/ mercadoria, através do registro “Tipo 75” (considera-se o código EAN-13 ou equivalente como codificação própria). Quando o emitente não empregar codificação própria, utilizar o sistema de codificação da Nomenclatura Comum do Mercosul;

14.1.6.2 - Em se tratando de registros para indicar o valor de frete, seguro e outras despesas acessórias discriminados na nota fiscal, deixar em branco.

14.1.7 - CAMPO 12 – Deve ser preenchido com valor de desconto concedido para o produto (utilizar o critério de rateio proporcional, quando tratar-se de desconto generalizado sobre o total da nota fiscal) ou quando tratar-se dos itens referenciados nas observações 14.1.5.2 a 14.1.5.4 com o valor constante da nota fiscal do respectivo campo.

14.1.8 - CAMPO 13 – Base de Cálculo do ICMS

14.1.8.1 - Colocar o valor da base de cálculo do ICMS, quando não se tratar de operação ou prestação com substituição tributária;

14.1.8.2 - Quando se tratar de operação ou prestação com substituição tributária deve-se:

14.1.8.2.1 - colocar o valor da base de cálculo ICMS próprio, quando se tratar de operação de saída e o informante for o substituto tributário;

14.1.8.2.2 - zerar o campo quando o informante não for o substituto tributário.

14.1.9 - CAMPO 14

14.1.9.1 - Zerar o campo quando não se tratar de operação ou prestação com substituição tributária;

14.1.9.2 - colocar o valor da base de cálculo do ICMS na substituição tributária, para as operações de entrada (informante substituído) e saída (informante substituído e substituto tributário).

15 - REGISTRO TIPO 55

#### GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	"55"	2	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do contribuinte Substituto tributário	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual na Unidade da Federação destinatária) do contribuinte substituto tributário	14	17	30	X
04	Data da GNRE	Data do pagamento do documento de Arrecadação	8	31	38	N
05	Unidade da Federação do Substituto	Sigla da unidade da Federação do contribuinte substituto tributário	2	39	40	X
06	Unidade da Federação Favorecida	Sigla da unidade da Federação de destino (favorecida)	2	41	42	X
07	Banco GNRE	Código do Banco onde foi Efetuado o recolhimento	3	43	45	N

08	Agência GNRE	Agência onde foi efetuado o recolhimento	4	46	49	N
09	Número GNRE	Número de autenticação Bancária do documento de Arrecadação	12	50	61	N
10	Valor GNRE	Valor recolhido (com 2 decimais)	13	62	74	N
11	Data Vencimento	Data do vencimento do ICMS substituído	8	75	82	N
12	Mês e ano de Referência	Mês e ano referente à ocorrência do fato gerador, formato MMAAAA	6	83	88	N
13	Número do Convênio ou Protocolo /Mercadoria	Preencher com o conteúdo Do campo 15 da GNRE	30	89	118	X
14	Brancos		8	119	126	X

#### 15.1 - Observações

15.1.1 - Registro composto apenas por contribuintes substitutos tributários, devendo ser gerado um registro para cada Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais – GNRE;

15.1.2 - CAMPO 10 - Valor líquido após a compensação: resultado do ICMS por substituição devido, descontados os valores relativos a devoluções e ressarcimentos decorrentes de operações efetuadas sob o regime de substituição tributária.

15.1.3 - CAMPO 03 – caso o informante, substituto tributário, não possua inscrição estadual na Unidade da Federação destinatária, preencher com “INEXISTENTE”;

16 - REGISTRO TIPO 60: Cupom Fiscal, Cupom Fiscal – PDV, e os seguintes Documentos Fiscais quando emitidos por Equipamento Emissor de Cupom Fiscal: Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13), Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16), e Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2)

16.1 - Registro Tipo 60 - Mestre: Identificador do equipamento.

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho		Posição	Formato
01	Tipo	“60”	2	1	2	N
02	Mestre/Analítico	“M”	1	3	3	X
03	Data de emissão	Data de emissão dos documentos fiscais	8	4	11	N
04	Número de Máquina Registradora, PDV ou ECF	Número atribuído pelo estabelecimento ao equipamento	3	12	14	N
05	Número de série de fabricação	Número de série de fabricação do equipamento emissor de cupom fiscal	15	15	29	X
06	Modelo do documento fiscal	Código do modelo do documento fiscal	2	30	31	X
07	Número do contador de ordem de operação no início do dia	Número do primeiro documento fiscal emitido no dia (Número do Contador de Ordem de Operação)	6	32	37	N
08	Número do contador de ordem de operação no final do dia	Número do último documento fiscal emitido no dia (Número do Contador de	6	38	43	N

		Ordem de Operação)				
09	Número do Contador de Redução Z	Número do contador de Redução, Leitura Z ou Redução Z	6	44	49	N
10	Valor do Grande Total ou Totalizador Geral no início do dia	Valor do GT no início do dia (com 2 decimais)	16	50	65	N
11	Valor do Grande Total ou Totalizador Geral no final do dia	Valor do GT no final do dia constante da Leitura Z ou Redução Z (com 2 decimais)	16	66	81	N
12	Branco		45	82	126	X

16.1.1 – Observações:

16.1.1.1 - Registro composto apenas pelos emitentes dos documentos fiscais em questão, quando emitidos por ECF;

16.1.1.2 - Registro utilizado para identificar o equipamento emissor de cupom fiscal no estabelecimento;

16.1.1.3 - Os dados diários de cada um dos totalizadores parciais de situação tributária do equipamento deverão ser informados no registro especificado no subitem 16.2 (Registro Tipo 60 – Analítico);

16.1.1.4 - CAMPO 02 – “M”, indica que este registro é mestre, deste modo identifica o equipamento emissor de cupom fiscal no contribuinte;

16.1.1.5 - CAMPO 06 - Preencher com “2B”, quando se tratar de Cupom Fiscal emitido por máquina registradora (não ECF), com “2C”, quando se tratar de Cupom Fiscal PDV, ou “2D”, quando se tratar de Cupom Fiscal (emitido por ECF). Já para os demais Documentos Fiscais devem ser preenchido conforme códigos da tabela de modelos, do subitem 3.3.1;

16.2 - Registro Tipo 60 – Analítico: Identificador de cada Situação Tributária no final do dia de cada equipamento emissor de cupom fiscal

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	“60”	2	1	2	N
02	Mestre/Analítico	“A”	1	3	3	X
03	Data de emissão	Data de emissão dos documentos fiscais	8	4	11	N
04	Número de Máquina Registradora, ECF ou PDV	Número atribuído pelo estabelecimento ao equipamento	3	12	14	N
05	Situação Tributária/Alíquota	Identificador da Situação Tributária / Alíquota do ICMS	4	15	18	X
06	Valor Acumulado no totalizador parcial	Valor acumulado no final do dia no totalizador parcial da situação tributária / alíquota indicada no campo 05 (com 2 decimais)	12	19	30	N
07	Branços		96	31	126	X

16.2.1 – Observações:

16.2.1.1 - Registro composto com as informações dos totalizadores parciais das máquinas ativas no dia;

16.2.1.2 - Deve ser gerado um registro para cada um dos totalizadores parciais de situação tributária por dia e por equipamento;

16.2.1.3 - CAMPO 02 – “A”, indica que este registro é Tipo 60 – Analítico;

16.2.1.4 - CAMPO 05 – Informa a situação tributária / alíquota do totalizador parcial:

16.2.1.4.1 - Quando o totalizador parcial for de operação tributada na saída, este campo deve indicar alíquota praticada. Ela deve ser informada como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

\* 8,4% deve ser informado -"0840";

\* 18% deve ser informado -"1800";

16.2.1.4.2 - Quando o totalizador parcial se referir a outra situação tributária, informar conforme tabela abaixo:

Situação Tributária	Conteúdo do Campo
Substituição Tributária	F
Isento	I
Não incidência	N
Cancelamentos	CANC
Descontos	DESC
ISSQN	ISS

16.2.1.5 - CAMPO 06 – Deve informar o valor acumulado no totalizador parcial da situação tributária/alíquota indicada no campo 05. Este valor acumulado corresponde ao valor constante no Cupom de Redução Z, emitido no final de cada dia, transcrito para o Mapa Resumo de Caixa, PDV ou ECF;

16.3 - Deve ser gerado, diariamente, para cada equipamento emissor de cupom fiscal, um registro "Tipo 60 - Mestre", como indicado no subitem 16.1, com os respectivos registros "Tipo 60 – Analíticos", informando as situações tributárias praticadas, conforme subitem 16.2., de modo que este conjunto de registros represente os dados fiscais lançados diariamente no Mapa Resumo de Caixa, PDV ou ECF.

16.4 - Registro Tipo 60 – Resumo Mensal: Registro de produto ou serviço processado em equipamento emissor de cupom fiscal.

Nº	Denominação do Campo		Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	“60”	2	1	2	N
02	Mestre/Analítico/Resumo Mensal	“R”	1	3	3	X
03	Mês e Ano de emissão	Mês e Ano de emissão dos documentos fiscais	6	4	9	N
04	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço do informante	14	10	23	X
05	Quantidade	Quantidade do produto no mês	13	24	36	N
06	Valor do Produto ou Serviço	Valor do produto ou serviço - valor acumulado do no mês, já deduzidos os descontos (com 2 decimais)	16	37	52	N
07	Base de Cálculo do ICMS	Base de cálculo do ICMS - valor acumulado no mês (com 2 decimais)	16	53	68	N
08	Situação Tributária/Alíquota do Produto ou Serviço	Identificador da Situação Tributária / Alíquota do ICMS	4	69	72	X
09	Branco		54	73	126	X

16.4.1 - Observações:

16.4.1.1 - Registro composto com as informações dos itens de mercadoria e serviço dos cupons emitidos pelas máquinas ativas no mês:

16.4.1.2 - Deve ser gerados um registro para cada tipo de produto ou serviço processado em equipamento emissor de cupom fiscal, acumulado por estabelecimento no mês;

16.4.1.3 - CAMPO 02 – “R”, indica que este registro é Tipo 60 – Resumo Mensal;

16.4.1.4 - CAMPO 03 – Mês e Ano de emissão no formato “MMAAAA”;

16.4.1.5 - CAMPO 04 - Valem as observações do subitem 14.1.6

16.4.1.6 - CAMPO 05 – Quantidade de itens do produto comercializados no mês;

16.4.1.7 - CAMPO 08 – Valem as observações do subitem 16.2.1.4:

17 REGISTRO TIPO 61: Para os documentos fiscais descritos a seguir, quando não emitidos por equipamento emissor de cupom fiscal : Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16), Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13) e Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2), Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (modelo 21), Nota Fiscal de Produtor (modelo 4), Nota Fiscal de Serviço de Transporte (modelo 7), exceto quando emitida por prestador de serviços de transporte ferroviário de cargas.

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
01	Tipo	“61”	2	1	N
02	Branços		14	3	X
03	Branços		14	17	X
04	Data de Emissão	Data de emissão do(s) documento(s) fiscal(is)	8	31	N
05	Modelo	Modelo do(s) documento(s) fiscal(is)	2	39	N
06	Série	Série do(s) documento(s) fiscal(is)	3	41	X
07	Subsérie	Subsérie do(s) documento(s) fiscal(is)	2	44	X
08	Número inicial de ordem	Número do primeiro documento fiscal emitido no dia do mesmo modelo, série e subsérie	6	46	N
09	Número final de ordem	Número do último documento fiscal emitido no dia do mesmo modelo, série e subsérie	6	52	N
10	Valor Total	Valor total do(s) documento(s) fiscal(is)/Movimento diário (com 2 decimais)	13	58	N
11	Base de Cálculo ICMS	Base de cálculo do(s) documento(s) fiscal(is)/Total diário (com 2 decimais)	13	71	N
12	Valor do ICMS	Valor do Montante do Imposto/Total diário (com 2 decimais)	12	84	N
13	Isenta ou Não-Tributadas	Valor amparado por isenção ou não-incidência/Total diário (com 2 decimais)	13	96	N
14	Outras	Valor que não confira débito ou crédito de ICMS/Total diário (com 2 decimais)	13	109	N

15	Alíquota	Alíquota do ICMS (com 2 decimais)	4	122	125	N
16	Branco	Branco	1	126	126	X

17.1 - Observações :

17.1.1 - Registro composto apenas pelos emitentes dos documentos fiscais em questão, quando não emitidos através de equipamento emissor de cupom fiscal.

17.1.2 - Este registro deverá ser composto conforme lançamento efetuado no livro Registro de Saídas respectivo.

17.1.3 - CAMPO 06

17.1.3.1 - Em se tratando de documentos com seriação indicada por letra, preencher com a respectiva letra (D). No caso de documentos fiscais de “Série Única” preencher com a letra U, deixando em branco as posições não significativas;

17.1.3.2 - Em se tratando dos documentos fiscais de série indicada por letra seguida da expressão “Única” (“Série D-Única”), preencher com a respectiva letra (D) na primeira posição e com a letra U na segunda posição, deixando em branco a posição não significativa.

17.1.4 - CAMPO 07

17.1.4.1 - Em se tratando de documento fiscal sem subseriação deixar em branco as duas posições.

17.1.4.2 - No caso de subsérie designada por algarismo apostro à letra indicativa da série (“Série D Subsérie 1”, “Série D Subsérie 2” ou “Série D-1”, “Série D-2” etc.), preencher com o algarismo de subsérie (“1”, “2” etc...) deixando em branco a posição não significativa.

17.1.5 - CAMPO 09 – No caso da emissão de apenas um documento fiscal na data, preencher com o mesmo número indicado no campo 08 (Número inicial de ordem).

18. REGISTRO TIPO 70

Nota Fiscal de Serviço de Transporte

Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas

Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas

CONHECIMENTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

Conhecimento Aéreo

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato	
01	Tipo	"70"	2	1	2	N
0	CGC/MF	CGC/MF do emitente do documento, no caso de aquisição de serviço; CGC/MF do tomador do serviço, no caso de emissão do documento	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do emitente do documento, no caso de aquisição de serviço; Inscrição Estadual do tomador do serviço, no caso de emissão do documento	14	17	30	X
04	Data de emissão / utilização	Data de emissão para o prestador, ou data de utilização do serviço para o tomador	8	31	38	N
05	Unidade da Federação	Sigla da unidade da Federação do emitente do documento, no caso de aquisição de serviço, ou do tomador do serviço, no caso de emissão do documento	2	39	40	X
06	Modelo	Código do modelo do documento fiscal	2	41	42	N
07	Série	Série do documento	1	43	43	X

08	Subsérie	Subsérie do documento	2	44	45	X
09	Número	Número do documento	6	46	51	N
10	CFOP	Código Fiscal de Operação e Prestação - Um registro para cada CFOP do documento fiscal	3	52	54	N
11	Valor total do documento fiscal	Valor total do documento fiscal (com 2 decimais)	14	55	68	N
12	Base de Cálculo do ICMS	Base de cálculo do ICMS	14	69	82	N
13	Valor do ICMS	Montante do imposto	14	83	96	N
14	Isenta ou não-tributada	Valor amparado por isenção ou não incidência	14	97	110	N
15	Outras	Valor que não confira débito ou crédito do ICMS	14	111	124	N
16	CIF/FOB	Modalidade do frete – “1” – CIF ou “2” – FOB	1	125	125	N
17	Situação	Situação do documento fiscal quanto ao cancelamento	1	126	126	X

#### 18.1 - OBSERVAÇÕES

18.1.1 - Este registro deverá ser composto por contribuintes do ICMS, tomadores ou prestadores de serviços de transporte;

18.1.2 - CAMPO 02 - Valem as observações do subitem 11.1.5;

18.1.3 - CAMPO 03 - Valem as observações do subitem 11.1.6.1;

18.1.4 - CAMPO 05 - Valem as observações do subitem 11.1.7;

18.1.5 - CAMPO 06 - Valem as observações do subitem 11.1.8;

18.1.6 - CAMPO 7 – Série

18.1.6.1 - Em se tratando de documentos com seriação indicada por letra, preencher com a respectiva letra (B ou C). No caso de documentos fiscais de “Série Única” preencher com a letra U;

18.1.6.2 - Em se tratando dos documentos fiscais de série indicada por letra seguida da expressão “Única” (“Série B-Única”, “Série C-Única”), preencher o campo série com a respectiva letra (B ou C) e a primeira posição do campo subsérie com a letra U, deixando em branco a posição não significativa.

18.1.6.3 - No caso de documento fiscal de “Série Única” seguida por algarismo arábico (“Série Única 1”, “Série Única 2” etc...) preencher com a letra U. O algarismo respectivo deverá ser indicado no campo Subsérie.

18.1.6.4 - Em se tratando de documento fiscal sem seriação deixar em branco.

18.1.7 - CAMPO 8 – Subsérie

18.1.7.1 - Em se tratando de documento fiscal sem subseriação deixar em branco as duas posições.

18.1.7.2 – No caso de subsérie designada por algarismo apostro à letra indicativa da série (“Série B Subsérie 1”, “Série B Subsérie 2” ou “Série B-1”, “Série B-2” etc..) ou de documento fiscal de série Única com subsérie designada por algarismo (“Série Única 1”, “Série Única 2” etc...), preencher com o algarismo de subsérie (“1”, “2” etc...) deixando em branco a posição não significativa.

18.1.8 - CAMPO 17 – Valem as observações do subitem 11.1.14

#### 19 - REGISTRO TIPO 71

Informações da Carga Transportada Referente a:

Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas

Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas

Conhecimento Aéreo

CONHECIMENTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

Nº	Denominação do	Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato
----	----------------	----------	---------	---------	---------

	Campo					
01	Tipo	"71"	2	1	2	N
02	CGC/MF do tomador	CGC/MF do tomador do serviço	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual do tomador	Inscrição estadual do tomador do serviço	14	17	30	X
04	Data de emissão	Data de emissão do conhecimento	8	31	38	N
05	Unidade da Federação do tomador	Unidade da Federação do tomador do serviço	2	39	40	X
06	Modelo	Modelo do conhecimento	2	41	42	X
07	Série	Série do conhecimento	1	43	43	X
08	Subsérie	Subsérie do conhecimento	2	44	45	X
09	Número	Número do conhecimento	6	46	51	N
10	Unidade da Federação do remetente/destinatário da nota fiscal	Unidade da Federação do remetente, se o destinatário for o tomador ou unidade da Federação do destinatário, se o remetente for o tomador	2	52	53	X
11	CGC/MF do remetente/destinatário da nota fiscal	CGC/MF do remetente, se o destinatário for o tomador ou CGC/MF do destinatário, se o remetente for o tomador	14	54	67	N
12	Inscrição Estadual do remetente/destinatário da nota fiscal	Inscrição Estadual do remetente, se o destinatário for o tomador ou Inscrição Estadual do destinatário, se o remetente for o tomador	14	68	81	X
13	Data de emissão da Nota fiscal	Data de emissão da nota fiscal que acoberta a carga transportada	8	82	89	N
14	Modelo da nota fiscal	Modelo da nota fiscal que acoberta a carga transportada	2	90	91	X
15	Série da nota fiscal	Série da nota fiscal que acoberta a carga transportada	2	92	93	X
16	Subsérie da nota fiscal	Subsérie da nota fiscal que acoberta a carga transportada	2	94	95	X
17	Número da nota fiscal	Número da nota fiscal que acoberta a carga transportada	6	96	101	N
18	Valor total da nota fiscal	Valor total da nota fiscal que acoberta a carga transportada	14	102	115	N
19	Branco		11	116	126	X

#### 19.1 - OBSERVAÇÕES

19.1.1 - Registro composto apenas por emitentes de Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas, Conhecimentos de Transporte Aquaviário de Cargas, Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, e Conhecimentos Aéreos, que gravarão um (1) registro para cada nota fiscal constante dos conhecimentos, excetuando-se os conhecimentos regularmente cancelados;

19.1.1.1 - Nas operações decorrente das vendas de produtos agropecuários, inclusive café em grão, efetuadas pelo Banco do Brasil S.A., em leilão na bolsa de mercadorias, em nome de produtores (Conv. ICMS 46/94 de 29 de março de 1994 e Conv. ICMS 132/95 de 11 de dezembro de 1995), os CAMPOS 02, 03 e 05 devem conter os dados do estabelecimento remetente, e os CAMPOS 10 a 12 os dados do estabelecimento destinatário;



19.1.2 - CAMPO 02 - Valem as observações do subitem 11.1.5;  
 19.1.3 - CAMPO 03 - Valem as observações do subitem 11.1.6.1;  
 19.1.4 - CAMPO 05 - Valem as observações do subitem 11.1.7;  
 19.1.5 - CAMPO 06 - Valem as observações do subitem 11.1.8;  
 19.1.6 - CAMPO 08 - Valem as observações do subitem 18.1.6;  
 19.1.7 - CAMPO 10 - Valem as observações do subitem 11.1.7;  
 19.1.8 - CAMPO 11 - Valem as observações do subitem 11.1.5;  
 19.1.9 - CAMPO 12 - Valem as observações do subitem 11.1.6.1;  
 19.1.10 - CAMPO 14 - Valem as observações do subitem 11.1.8;  
 19.1.11 - CAMPO 15 - Valem as observações do subitem 11.1.9;  
 19.1.12 - CAMPO 16 - Valem as observações do subitem 11.1.10.  
 20 - REGISTRO TIPO 75

#### CÓDIGO DE PRODUTO OU SERVIÇO

Nº	Denominação Do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	“75”	2	1	2	N
02	Data Inicial	Data inicial do período de validade das informações	8	3	10	N
03	Data Final	Data final do período de validade das informações	8	11	18	N
04	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço utilizado pelo contribuinte	14	19	31	X
05	Código NCM	Codificação da Nomenclatura Comum do Mercosul	8	33	40	X
06	Descrição	Descrição do produto ou serviço	53	41	93	X
07	Unidade de Medida de Comercialização	Unidade de medida de comercialização do produto (un, kg, mt, m3, sc, frd, kwh, etc..)	6	94	99	X
08	Situação Tributária	Código da situação tributária do produto ou serviço	3	100	102	N
09	Alíquota do IPI	Alíquota do IPI do produto	4	103	106	N
10	Alíquota do ICMS	Alíquota do ICMS aplicável a mercadoria ou serviço nas operações ou prestações internas ou naquelas que se tiverem iniciado no exterior	4	107	110	N
11	Redução da Base de Cálculo do ICMS	% de Redução na base de cálculo do ICMS, nas operações internas	4	111	114	N
12	Base de Cálculo do ICMS de Substituição Tributária	Base de Cálculo do ICMS de substituição tributária (com 2 decimais)	12	115	126	N

#### 20.1 - OBSERVAÇÕES

20.1.1 - Obrigatório para informar as condições do produto/serviço, codificando de acordo com o sistema de controle de estoque/emissão de nota fiscal utilizado pelo contribuinte.

20.1.2 - CAMPO 2, CAMPO 3 - Período de validade das informações contidas neste registro. Em ocorrendo alteração de qualquer informação do produto/serviço, incluir novo registro com outro período de validade.

20.1.3 - CAMPO 04 - Deve ser gerado um registro para cada tipo de produto ou serviço que foi comercializado no período. Este campo deve ser preenchido com o mesmo código constante do campo 09 do registro tipo 54;

20.1.4 - CAMPO 05 - Obrigatório para contribuintes do IPI, ficando opcional para os demais.

20.1.5 – CAMPO 08 – primeiro dígito da situação tributária será : 0, 1 ou 2, conforme tabela A – Origem da Mercadoria do Anexo ao Convênio SINIEF s/n de 1970, de 15.12.70 (DOU de 18.02.71) e alterações; segundo dígito será de 0 a 9, exceto 8, conforme tabela B – Tributação pelo ICMS do mesmo anexo; o terceiro dígito será sempre zero;

20.1.6 – CAMPO 12

20.1.6.1 – zerar o campo quando não se tratar de produto ou serviço sujeito à substituição tributária;

20.1.6.2 – colocar o valor unitário da base de cálculo do ICMS na substituição tributária.

21 – REGISTRO TIPO 90

#### TOTALIZAÇÃO DO ARQUIVO

Nº	Denominação do campo	Conteúdo	Tamanho	Posição	Formato	
01	Tipo	“90”	2	1	2	N
02	CGC/MF	CGC/MF do informante	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do informante	14	17	30	X
04	Tipo a ser totalizado	Tipo de registro que será totalizado pelo próximo campo	2	31	32	N
05	Total de registros	Total de registros do tipo informado no campo anterior	8	33	40	N
	Total de registros existentes no arquivo, incluindo os tipos, 10, 11 e 90	Total de registros existentes no arquivo, incluindo os tipos 10 e 90	8			N
	Número de registros tipo 90		1	126	126	N

#### 21.1 - OBSERVAÇÕES

21.1.1 - Registro com lay-out flexível. Conterá os totalizadores de todos os tipos de registros existentes no arquivo magnético, dispensada a indicação de tipos não informados.

21.1.2 - O limite máximo do registro é de 126 posições.

21.1.3 - Caso as 126 posições não sejam suficientes para totalizar todos os tipos de registros, acrescentar tantos registros tipo 90 quantos forem necessários, seguindo as seguintes diretrizes:

21.1.3.1 - manter iguais os campos de 1 a 3 em todos os registros de tipo 90 existentes no arquivo;

21.1.3.2 - incluir o campo TOTAL GERAL apenas no último dos registros tipo 90;

21.1.3.3 - a posição 126 de todos os registros tipo 90 sempre conterá o número de registros tipo 90 existentes no arquivo;

21.1.3.4 - As posições não utilizadas (anteriores à posição 126) devem ser preenchidas com brancos.

#### 21.1.4 - CAMPO 04

21.1.4.1 - deverá conter o tipo de registro do arquivo magnético que será totalizado no campo a seguir, sendo dispensada a informação de total de tipo 10, 11 e 90.

21.1.4.2 – para o total geral de registros do arquivo este campo deverá ser preenchido com “99”.

#### 21.1.5 – CAMPO 05

21.1.5.1 - será formado pelo número de registros especificados no campo anterior, contidos no arquivo magnético.

21.1.5.2 Quando for informado o Total Geral, entende-se que este corresponde ao somatório de todos os registros contidos no arquivo, incluindo os registros tipo 10, 11 e 90.

#### 22 - INSTRUÇÕES GERAIS

22.1 - Os registros fiscais poderão ser mantidos em características e especificações diferentes, desde que, quando exigidos, sejam fornecidos nas condições previstas neste manual.

22.2 - O fornecimento dos registros fiscais de forma diversa da prevista no subitem anterior

dependerá de consulta prévia ao fisco da unidade da Federação a que estiver vinculado o estabelecimento ou à Receita Federal, conforme o caso.

22.3 - O contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados deverá fornecer, quando solicitado, documentação técnica minuciosa, completa e atualizada do sistema, contendo descrição, gabarito de registro ("lay-out") dos arquivos e listagens de programas.

#### 23 - LISTAGEM DE ACOMPANHAMENTO

23.1 - O arquivo em meio magnético será apresentado com Listagem de Acompanhamento, contendo as seguintes informações:

23.1.1 - CGC do estabelecimento informante, no formato 99.999.999/9999-99;

23.1.2 - Inscrição estadual do estabelecimento informante;

23.1.3 - Nome comercial (razão social/denominação) do estabelecimento informante;

23.1.4 - Endereço completo do estabelecimento informante;

23.1.5 - Marca e modelo do equipamento utilizado na geração do arquivo;

23.1.6 - Indicação do meio magnético (fita ou disquete) apresentado com o respectivo total de mídias;

23.1.7 - Tamanho do bloco e densidade de gravação, quando aplicável;

23.1.8 - Período abrangido pelas informações contidas no arquivo;

23.1.9 - Indicação dos totais por tipo de registro, indicando apenas os tipos existentes no arquivo magnético, cada tipo em uma linha:

tipo 10 = 1 registro

tipo 11 = ..... registros

tipo 50 = ..... registros

tipo 51 = ..... registros

tipo 53 = ..... registros

tipo 54 = ..... registros

tipo 55 = ..... registros

tipo 60 = ..... registros

tipo 61 = ..... registros

tipo 70 = ..... registros

tipo 71 = ..... registros

tipo 75 = ..... registros

tipo 90 = ..... registros

23.1.10 - Total geral de registros no arquivo.

#### 24 - RECIBO DE ENTREGA

A apresentação do arquivo será acompanhada de Recibo de Entrega, preenchido em três (3) vias, pelo estabelecimento, obedecidas as seguintes instruções:

24.1 - Dados Gerais

24.1.1 - CAMPO 01 - Primeira Apresentação - Assinalar com um "X" uma das seguintes opções, de acordo com a situação:

Sim - No caso de primeira apresentação de cada período solicitado.

Não - No caso de retificação à primeira apresentação.

24.2 - Identificação do Contribuinte

24.2.1 - CAMPO 02 - Inscrição Estadual - Preencher com o número da inscrição estadual do estabelecimento no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade da Federação destinatária.

24.2.2 - CAMPO 03 - CGC/MF - Preencher com o número da inscrição do estabelecimento no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF.

24.2.3 - CAMPO 04 - Nome Comercial (Razão Social/Denominação) Preencher com o nome comercial (razão social/denominação) do estabelecimento. Evitar abreviaturas.

24.3 - Especificação do Arquivo Entregue

24.3.1 - CAMPO 05 - Meio Magnético Entregue - Assinalar com um "X" conforme a situação.

24.3.2 - CAMPO 06 - Número de Mídias do Arquivo - Anotar a quantidade de mídias apresentadas do arquivo magnético.

24.3.3 - CAMPO 07 - Período - Indicar a data inicial e final (DD/MM/AAAA a DD/MM/AAAA) dos registros contidos no arquivo.

24.4 - Responsável pelas Informações

24.4.1 - CAMPO 08 - Nome - Indicar o nome do responsável pelo estabelecimento

24.4.2 - CAMPO 09 - Telefone - Indicar o número do telefone para contatos.  
 24.4.3 - CAMPO 10 - Data - Indicar a data de preenchimento do formulário.  
 24.4.4 - CAMPO 11 - Assinatura - Lançar a assinatura, em todas as vias, do responsável pelo estabelecimento.

24.5 - Para uso da Repartição  
 24.5.1 - CAMPO 12 - Responsável pelo Recebimento - Não preencher, uso da repartição fazendária.  
 24.5.2 - CAMPO 13 - Responsável pelo Processamento - Não preencher, uso da repartição fazendária.

## 25 - FORMA, LOCAL E PRAZO DE APRESENTAÇÃO

A entrega do arquivo magnético será efetivada segundo instruções complementares ou intimação lavrada pela autoridade competente, acompanhada de Listagem de Acompanhamento e do Recibo de Entrega, emitido em três (3) vias, uma das quais será devolvida ao contribuinte, como recibo.

## 26 - DEVOLUÇÃO DO ARQUIVO MAGNÉTICO

26.1 - O arquivo magnético será recebido condicionalmente e submetido a teste de consistência;  
 26.2 - Constatada a inobservância das especificações descritas neste manual, o arquivo será devolvido para correção, acompanhado de Listagem Diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas. A listagem será fornecida em papel ou meio magnético, de acordo com a conveniência da Repartição Fazendária.

## 27 - MODELOS DOS LIVROS FISCAIS EMITIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS

27.1 - Os relatórios que compõem os livros fiscais deverão obedecer aos modelos previstos no Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, sendo permitido:

27.1.1 - dimensionar as colunas de acordo com as possibilidades técnicas do equipamento do usuário;  
 27.1.2 - imprimir o registro em mais de uma linha, utilizando códigos apropriados;  
 27.1.3 - suprimir as colunas que o estabelecimento não estiver obrigado a preencher;  
 27.1.4 - suprimir a coluna destinada a "OBSERVAÇÕES" desde que as eventuais observações sejam impressas em seguida ao registro a que se referir ou ao final do relatório mensal com as remissões adequadas.

27.2 - Admitir-se-á o preenchimento manual da coluna "OBSERVAÇÕES" para inserir informações que somente possam ser conhecidas após o prazo de emissão do livro fiscal.

## 28 - DOCUMENTOS FISCAIS

28.1 - Considera-se como documento fiscal previsto no SINIEF o formulário numerado tipograficamente, que também for numerado pelo sistema eletrônico de processamento de dados, aplicando-se-lhe as disposições sobre documentos fiscais estatuídas no SINIEF.

28.2 - Caso o formulário destinado à emissão dos documentos fiscais referidos no subitem anterior, numerado tipograficamente, for inutilizado antes de ser numerado pelo sistema eletrônico de processamento de dados, aplicar-se-lhe-ão as regras do inciso V da cláusula décima quarta do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995.

28.3 - Serão, também, aplicadas as regras do inciso V da cláusula décima quarta do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, ao formulário, já numerado pelo sistema eletrônico de processamento de dados, que for inutilizado por defeito na impressão, hipótese em que o próximo formulário poderá ter a mesma numeração dada pelo sistema ao formulário inutilizado.

PEDIDO/COM UNICAÇÃO DE USO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSAM ENTO DE DADOS	03	CARIMBO DE INSC. ESTADUAL			
01	PEDIDO/COM UNICAÇÃO	02	PROCESSAM ENTO		
	1		USO		
	2		ALTERAÇÃO DE USO		
	3		RECADASTR AMENTO		

	4		CESSAÇÃO DE USO A PEDIDO			
	5		CESSAÇÃO DE USO DE OFÍCIO			
QUADRO II IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO						
04	N.º INSCRIÇÃO ESTADUAL	05	N.º CGC/MF			
06	NOME COMERCIAL (RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO)					
QUADRO III LIVROS FISCAIS E/OU DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS POR SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS						
07	CÓDIGOS DOCUMENTOS FISCAIS	08	LIVROS FISCAIS			
MODELO MODELO MODELO		1		REGISTRO DE ENTRADAS		
QUADRO IV ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
09	UCP FABRICANTE /MODELO	10	SISTEMA OPERACIONAL:			
11	MEIOS MAGNÉTICOS DISPONÍVEIS					
	1		DISQUETE 3 1/2	2		
				DISQUETE 5 1/4	3	
				FITA MAGNÉTICA	4	
						OUTROS

12	LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO								
13	SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS								
QUADRO V IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ONDE SE LOCALIZA A UCP									
14	N.º INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL	15	N.º INSCRIÇÃO CGC/MF						
16	NOME COMERCIAL (RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO)								
17	LOGRADOURO	18	NÚMERO						
19	COMPLEMENTO	20	MUNICÍPIO	21	UF	22	CEP	23	TELEFONE/FAX
QUADRO VI RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES									
24	NOME DO SIGNATÁRIO	25	TELEFONE/FAX						
26	CARGO NA EMPRESA	27	CPF / N.º IDENTIDADE						
28	DATA ASSINATURA								
QUADRO VII PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA									
29	RECEBIDO EM	30	AUTORIZADO O PEDIDO	31	PROCESSADO EM				
PROTOCOLO N.º			SIM DATA						
			NÃO ASSINATURA		ASSINATURA				
	32	VISTO/CARIMBO DA RECEITA FEDERAL							
ASSINATURA/IMPRIMTURA									



PARA USO DA REPARTIÇÃO			
12	RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO	13	RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO
DATA ____/____/____		DATA ____/____/____	
_____ _____ _____ _____ ASSINATURA MATRÍCULA		_____ _____ _____ _____ ASSINATURA MATRÍCULA	

## LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS – RE – MODELO P1

REGISTRO DE ENTRADAS		a) CÓDIGO DE VALORES FISCAIS													
FIRMA: INSC. EST.:		1 – OPERAÇÕES COM CRÉDITO DO IMPOSTO													
FOLHA:		2 – OPER. SEM CRÉDITO DO IMPOSTO - ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS													
		3 – OPER. SEM CRÉDITO DE IMPOSTO – OUTRAS													
DATA DE	DOCUMENTOS FISCAIS		CODIFICAÇÃO	ICMS VALORES FISCAIS	IPI VALORES FISCAIS										
ENTRADA	ESPÉCIE	SÉRIE SUB-SÉRIE	NÚMERO	DATA DO  DOCU-MENTO	CÓDIGO  EMITENTE	UF  ORIGEM	VALOR  CONTÁBIL	CONTÁBIL	FISCAL	CÓD.  (a)	BASE DE CÁLCULO VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQ.	IMPOSTO  CREDITADO	CÓD.  (a)	
99/99/99	XXXXX	XXX	999999	99/99/99	XXXXXXXXXXXX	XX	99.999.999,99	XXXXXX	9.99	9	99.999.999,99	99,9	9.999.999,99	9	
									TOTAL	1 2 3	99.999.999,99 99.999.999,99 99.999.999,99		9.999.999,99	1 2 3	

## LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS – RE – MODELO P1/A

REGISTRO DE ENTRADAS		a) CÓDIGO DE VALORES FISCAIS													
FIRMA: INSC. EST.:  FOLHA:		1 - OPERAÇÕES COM CRÉDITO DO IMPOSTO  2 - OPER. SEM CRÉDITO DO IMPOSTO - ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS  3 - OPER. SEM CRÉDITO DE IMPOSTO - OUTRAS													
DATA DE	DOCUMENTOS FISCAIS		CODIFICAÇÃO	VALORES FISCAIS											
						VALOR									
	ESPÉCIE	SÉRIE SUB-SÉRIE	NÚMERO	DATA DO  DOCU-MENTO	CÓDIGO  EMITENTE	UF  ORIGEM	CONTÁBIL	CONTÁBIL	FISCAL	ICMS  IPI	CÓD.  (a)	BASE DE CÁLCULO  VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQ.	IMPOSTO  CREDITADO	
ENTRADA															



99/99/99	XXXXX	XXX	999999	99/99/99	XXXXXXXXXX	XX	99.999.999,99	XXXXXX	9.99	ICMS IPI	9 9	99.999.999,99 99.999.999,99	99.9	9.999.999,99 9.999.999,99
									TOTAL	ICMS	1 2 3	99.999.999,99 99.999.999,99 99.999.999,99		9.999.999,99
									TOTAL	IPI	1 2 3	99.999.999,99 99.999.999,99 99.999.999,99		9.999.999,99

## LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS – RS – MODELO P2

REGISTRO DE SAÍDAS FIRMA: INSC. EST.: FOLHA:														
DOCUMENTOS FISCAIS		CODIFICAÇÃO	VALORES FISCAIS											
	SÉRIE			UF	VALOR			ICMS	OPERAÇÕES COM DÉBITO DO IMPOSTO	OPERAÇÕES SÍDEBITO DO IMPOSTO	OBSERVAÇÕES			
ESPÉCIE	SUB-SÉRIE	NÚMERO	DIA	DEST.	CONTÁBIL	CONTÁBIL	FISCAL		BASE DE CÁLCULO	ALÍQ.	IMPOSTO DEBITADO	ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS	OUTRAS	
								IPI						
XXXXX	XXX	999.999.999.999	99	XX	99.999.999,99	XXXXXX	9.99	ICMS IPI	99.999.999,99 99.999.999,99	99.9 99.9	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99	
							TOTAL	ICMS IPI	99.999.999,99 99.999.999,99	99.9 99.9	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99	

## LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS – RS – MODELO P2/A

REGISTRO DE SAÍDAS FIRMA: INSC. EST.: FOLHA:														
DOCUMENTOS FISCAIS		CODIFICAÇÃO	VALORES FISCAIS											
	SÉRIE			UF	VALOR			OPERAÇÕES COM DÉBITO DO IMPOSTO	OPERAÇÕES SÍDEBITO DO IMPOSTO	OBSERVAÇÕES				
ESPÉCIE	SUB-SÉRIE	NÚMERO	DIA	DEST.	CONTÁBIL	CONTÁBIL	FISCAL	BASE DE CÁLCULO	ALÍQ.	IMPOSTO DEBITADO	ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS	OUTRAS		
XXXXX	XXX	999.999.999.999	99	XX	99.999.999,99	XXXXXX	9.99 OTAL	99.999.999,99 99.999.999,99	99.9 99.9	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99	99.999.999,99 99.999.999,99		

## LIVRO REGISTRO CONTROLE DA PRODUÇÃO E

## DO ESTOQUE – RCPE – MODELO P3

[illegible]

**LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO – RI – MODELO  
P7**

REGISTRO DE INVENTÁRIO  FIRMA: _____  INSC. EST.: _____ CGC _____ (MF): _____  FOLHA:    ESTOQUES EXISTENTES EM: _____					
CLASSIFICAÇÃO FISCAL	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES	TOTAL
				UNITÁRIO	
XX XX X XX XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		999.999,999	999.999,99	999.999.999,99

**LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS –  
RAICMS – MODELO P9**

REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS						
FIRMA:						
INSC. EST.:						
FOLHA:						
MÊS OU PERÍODO/ANO:						
			ENTRADAS			
CODIFICAÇÃO	VALORES	ICMS – VALORES FISCAIS				
		CONTÁBEIS	OPERAÇÕES COM CRÉDITO DO IMPOSTO	OPERAÇÕES SEM CRÉDITO DO IMPOSTO		
CONTÁBIL	FISCAL		BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO CREDITADO	ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS	OUTRAS
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99

SUBTOTALS						
ENTRADAS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99		
1.00 DO ESTADO	99.999.999,99					
2.00 DE OUTROS					99.999.999,99	
ESTADOS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99		
3.00 DO EXTE-	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
RIOR						
TOTAIS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
			SAÍDAS			
CODIFICAÇÃO	VALORES	ICMS – VALORES FISCAIS				
		CONTÁBEIS	OPERAÇÕES COM DÉBITO DO IMPOSTO	OPERAÇÕES SEM DÉBITO DO IMPOSTO		
CONTÁBIL	FISCAL		BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO DEBITADO	ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS	OUTRAS
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
XXXXXX	9.99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
SUBTOTALS						
SAÍDAS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99		
5.00 PARA O	99.999.999,99					
ESTADO						
6.00 PARA OUTROS					99.999.999,99	
ESTADOS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99		
7.00 PARA O EXTE-	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
RIOR						
TOTAIS	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	

## LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS – RAICMS – MODELO P9

RESUMO DA APURAÇÃO DO IMPOSTO			
FIRMA:			
INSC. EST.:			
FOLHA:			
MÊS OU PERÍODO/ANO:			
		DÉBITO DO IMPOSTO	VALORES
D É B I T O			COLUNA AUXILIAR
			SOMAS
	001 – POR SAÍDAS /PRESTAÇÕES COM DÉBITO DO IMPOSTO	999.999.999,99	
	002 – OUTROS DÉBITOS (DISCRIMINAR ABAIXO)		
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 999.999.999,99 999.999.999,99	999.999.999,99 999.999.999,99	
C R É D I T O	003 – ESTORNO DE CRÉDITOS (DISCRIMINAR ABAIXO)		
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 999.999.999,99 999.999.999,99	999.999.999,99 999.999.999,99	
	004 – SUBTOTAL		
	CRÉDITO DO IMPOSTO		
	005 – POR ENTRADAS/AQUISIÇÕES COM CRÉDITO DO IMPOSTO	999.999.999,99 999.999.999,99 999.999.999,99	
	006 – OUTROS CRÉDITOS (DISCRIMINAR ABAIXO)		
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 999.999.999,99 999.999.999,99	999.999.999,99 999.999.999,99	



ESTADO DESTINATÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- LISTAGEM DE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS -

LP1 - MODELO P12

EMITENTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CIDADE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX UF: XX CEP: 99999C.G.C.: 99.999.999/9999-99  
INSCRIÇÃO EST.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PÁGINA: 999.999

EMIÇÃO: DD/MM/AAAA

PERÍODO: DE MM/AA A MM/AA

N.º	NF	SER	EMIÇÃO	RAZÃO SOCIAL ENDEREÇO CIDADE	UF	C.G.C. INSCRIÇÃO ESTADUAL CEP	VR. CONTÁBIL	BASE DE CÁLC. DESP ACESS	VR. DO ICMS VR. ICMS SUBST. VT SUBST	VR. DO IPI IS/N TRIB. B C SUBST	
999999	X99		DD/MM/AA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			99.999.999/9999-99	999.999.999,99	999.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		99.999-999	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	999.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
999999	X99		DD/MM/AA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	99.999-999	99.999.999/9999-99	999.999.999,99	999.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		99.999-999	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	999.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	99.999-999		99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				999.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99	
TOTAIS DA FOLHA											
							999.999.999,99				

ESTADO DESTINATÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- LISTAGEM DE PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS

LPI - MODELO P13

EMITENTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CIDADE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX UF: XX CEP: 99999C.G.C.: 99.999.999/9999-99  
INSCRIÇÃO EST.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXPERÍODO: DE MM/AA A MM/AA  
EMIÇÃO: DD/MM/AAAA

DADOS DO CONHECIMENTO

N.º	EMIÇÃO	VR. CONTÁBIL
SÉRIE	MODELO	VR. ICMS
	CIF/FOB	
999999	99/99/99	99.999.999,99
X99	99	99.999.999,99
	XXX	
999999	99/99/99	99.999.999,99
X99	99	99.999.999,99
	XXX	
	XXX	
	XXX	
TOTAIS D/FOLHA		999.999.999,99
		999.999.999,99

DADOS DA CARGA TRANSPORTADA

TIPO	NÚMERO	EMIÇÃO	INSC. ESTADUAL
DOC	SÉRIE	VR. CONTÁBIL	DO REMETENTE
REMETENTE			
XX	999999	99/99/99	
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	99.999.999/9999-99	
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
	X99	99.999.999,99	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
XX	999999	99/99/99	
	X99	999.999.999,99	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

C.G.C.: RAZÃO SOCIAL:

DO REMETENTE DO

DO DESTINATÁRIO

9.999.999.999,99

MODELO: 8 = CONHECIMENTO DE TRANSP. RODOVIÁRIO DE CARGAS;  
9 = CONHECIMENTO DE TRANSP. AQUAVIÁRIO DE CARGAS;

10 = CONHECIMENTO AÉREO

TIPO DCTO.: NF = NOTA FISCAL  
OU = OUTROS

ESTADO DESTINATÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- DADOS DE RECOLHIMENTO - GNR

LP1 - MODELO P14

PÁGINA: 999.999

EMITENTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CIDADE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX UF: XX CEP: 99999C.G.C.: 99.999.999/9999-99  
INSCRIÇÃO EST.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXPERÍODO: DE MM/AA A MM/AA  
EMIÇÃO: DD/MM/AAAA

DATA	CCD BANCO	CÓD AGÊNCIA	NÚM GNR	VAL GNR	VAL DEVOL	VAL RESSARC
DD/MM/AA	999	9999	99999999999999	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
DD/MM/AA	999	9999	99999999999999	99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99
TOTAIS DA FOLHA		99.999.999,99	99.999.999,99	99.999.999,99		

## ANEXO 86

### SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

### MERCADORIAS, CONVÊNIOS E PROTOCOLOS

a que se refere o art. 370

ITEM	MERCADORIA	ACORDO	ESTADOS SIGNATÁRIOS	BASE DE CÁLCULO	M.V.A. (atacado/industria)
01	CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS E FUMOS INDUSTRIALIZADOS	Convênio ICMS 37/94	TODOS	Ver Nota 2 (cigarros) e Nota 1 (demais)	50%
02	CERVEJAS, CHOPES E	Protocolo ICMS 11/91	AC, AL, AP, BA, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ,	Ver Notas 1 e 3	Ver Notas 13

	REFRIGERANTES Ver Nota 4 Ver nota 15		RO, RS, SC, SP, TO		
	Protocolo. ICMS 10/92	AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE, TO	Ver Notas 14	Ver Notas 14	
03	ÁGUAS MINERAIS E GELO Ver Nota 7 (Água Mineral)	Protocolo. ICMS 11/91	AC, AL, AP, BA, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SP, TO	Ver Nota 1	Ver Nota 13
04	ÁGUA POTÁVEL	Protocolo. ICMS 11/91,	AC, AL, AP, BA, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SP, TO	Ver Nota 1	Ver Nota 12
05	FARINHA DE TRIGO Ver Nota 4	Protocolo. ICM 2/72	AC, AL, AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RR e SE	Ver Notas 1 e 5	120%
		Protocolo. ICM 22/85	BA, ES, RJ		
		Protocolo. ICMS 13/97	BA, AC, GO, MG Ver Nota 16		
06	CIMENTO Ver Nota 4	Protocolo. ICM 11/85,	AC, AL, AP, BA, CE, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO	Ver Nota 1	20%
07	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO Ver Nota 4 (ÁLCOOL)	Convênio. ICMS 03/99	TODOS	Ver o § 4º do art. 512 do RICMS Ver Nota 11	
08	AÇÚCAR Ver Nota 4	Protocolo. ICMS 21/91	BA, ES, MG, MS, MT, PA, RJ, SP Ver nota 15	Ver Notas 1 e 6	Refinado: 10% Cristal: 15% Outros: 20%
09	PNEUMÁTICOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE BORRACHA	Convênio. ICMS 85/93,	TODOS	Ver Nota 1	Pneus de: automóvel 42%; caminhão 32% moto 60% Protetores e câmaras de ar 45%
10	VACINAS, SOROS E MEDICAMENTOS DE USO NÃO VETERINÁRIO, ABSORVENTES HIGIÊNICOS, FRALDAS, MAMADEIRAS, BICOS, GAZE, ALGODÃO, ATADURA, ESPARADAPO, PRESERVATIVOS, SERINGAS, ESCOVAS, PASTAS DENTIFÍCIAS, PROVITAMINAS, VITAMINAS, CONTRACEPTIVOS,	Convênio. ICMS 76/94	TODOS, EXCETO SP (ATO COTEPE N.º 15/97) e CE (Decreto CE nº 24.756/97)	Produtos com preço a consumidor fixado pelo órgão competente: Ver Nota 2 Produtos sem preço a consumidor fixado pelo órgão competente: Ver Nota 1 Ver Nota 8	ORIGEM: a) Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo: 60, 07% b) Norte e Nordeste, inclusive Espírito Santo: 51,46

	AGULHAS PARA SERINGAS E DEMAIS PRODUTOS ESPECIFICADOS NO ITEM 13 NO INCISO II DO ART. 353 Ver Nota 4				
11	VEÍCULOS AUTOMOTORES DE 4 RODAS	Convênio. ICMS 132/92	TODOS,	Ver Nota 10 (na falta de tabela: ver Nota 1) Ver Nota 10	Ver Cláusula Terceira do Convênio 132/92
12	VEÍCULOS NOVOS DE 2 RODAS	Convênio. ICMS 52/93	TODOS	Ver Nota 10 (na falta de tabela: ver Nota 1) Ver Nota 10	Na falta de tabela de preços: 34%
13	TINTAS E VERNIZES	Convênio. ICMS 74/94	TODOS	Ver Nota 1	35%
14	DISCOS E FITAS	Protocolo. ICM 19/85 (adesão da BA: Protocolo ICMS 18/97)	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SE, SP	Ver Nota 1	25%
15	FILMES FOTOGRAFICOS, FILMES CINEMATOGRAFICOS E "SLIDES"	Protocs. ICM 15/85(adesão da BA: Protocolo ICMS 14/97)	AL, AM, AP, BA, CE, ES, MG, MS, PA, PB, PR, RJ, RN, RS, RO, SE, SP	Ver Nota 1	40%
16	APARELHOS DE BARBEAR, LÂMINAS DE BARBEAR E ISQUEIROS	Protocolo. ICM 16/85(adesão da BA: Protocolo ICMS 15/97)	AP, AM, BA, CE, ES, MG, MS, PA, PB, PR, RJ, RS, RO, SE, SP	Ver Nota 1	30%
17	LÂMPADAS ELÉTRICAS, REATORES E "STARTERS"	Protocolo. ICM 17/85(adesão da BA: Protocolo ICMS 16/97)	AM, AP, BA, CE, ES, MG, MS, PA, PB, PR, RJ, RO, RS, SE, SP	Ver Nota 1	40%
18	PILHAS E BATERIAS ELÉTRICAS	Protocolo. ICM 18/(adesão da BA: Protocolo ICMS 17/97)	AM, AP, BA, ES, MG, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RS, SE, SP	Ver Nota 1	40%
19	SORVETE	Protocolo ICMS 45/91(adesão da BA Protocolo ICMS 16/99)	BA, ES, MS, MG, PR, RJ, RO, RS, SC, SP e DF	Ver nota 2 (na falta de tabela de preços: ver Nota 1)	Na falta de tabela de preços: 70%

### NOTAS:

- As indicações constantes neste anexo são extraídas das normas aplicáveis à substituição tributária, especialmente dos acordos firmados entre a Bahia e as demais unidades da Federação. Em caso de qualquer divergência entre as indicações aqui especificadas e as previstas na legislação própria, é o disposto nesta que prevalecerá.
- Havendo divergência entre o percentual de lucro previsto em convênio ou protocolo e o estabelecido pela legislação interna, adotar-se-á o percentual maior, cobrando-se do destinatário, espontaneamente, a diferença.
- Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto substituído, a partir de 01/01/99, observando-se que, havendo diferença em relação a base de cálculo prevista no Acordo, será esta paga pelo

destinatário localizado neste Estado. (Art. 73, § 5º do RICMS/Ba).

**Nota:** Cálculo: (Valor da mercadoria + IPI + seguro + frete + outras despesas debitadas ao adquirente + percentual de lucro) x (alíquota interna do Estado de destino) - (ICMS da operação normal no Estado de origem).

Cálculo: (Preço máximo ou único de venda a varejo fixado ou sugerido pelo fabricante ou por órgão competente) x (alíquota interna do Estado de destino) - (ICMS da operação normal no Estado de origem).

A partir de 01/01/99, o Estado da Bahia passou a adotar pauta fiscal, como base de cálculo mínima, para antecipação do imposto nas operações internas e de importação e nas aquisições interestaduais com refrigerantes.

Produtos inclusos na Portaria nº 270/93 e suas alterações posteriores.

Redução da base de cálculo em 29,41% nas operações internas promovidas, exclusivamente, por estabelecimento industrial, situado neste Estado, cujo código de atividade econômica seja 1552-0/00 - moagem de trigo, bem como nas operações de importação, sendo neste caso, o benefício é condicionado à assinatura de Termo de Acordo, enquanto perdurar tal benefício. (art. 87, incisos IX e X do RICMS/Ba)

Redução da base de cálculo em 58,825% nas operações internas promovidas, exclusivamente, por estabelecimento industrial, situado neste Estado, cujo código de atividade econômica seja 1562-8/01 – refino e moagem de açúcar de cana, enquanto perdurar tal benefício (art. 87, VIII do RICMS/Ba).

Redução da base de cálculo em 11,1112% nas operações realizadas por estabelecimento industrial, situado neste Estado, cujo código de atividade econômica seja 2641-7/02 – fabricação de azulejos e pisos, enquanto perdurar tal benefício (art. 87, XI do RICMS/Ba).

Redução da base de cálculo para substituição tributária em 10%, conf. Convênio ICMS 4/95, a partir de 01/5/95. (§ 4º da cláusula segunda do Conv. ICMS 76/94)

Cálculo: (Preço de tabela sugerida pelo fabricante + frete + IPI + acessórios colocados no veículo pelo responsável pelo pagamento do imposto) x (alíquota interna do Estado de destino) - (ICMS da operação normal no Estado de origem). Obs: sem o acréscimo do IPI no caso de veículos de 2 rodas.

Redução da base de cálculo para substituição tributária em 29,41%, nas operações internas e de importação. Condicionado-se o benefício a manifestação expressa do contribuinte substituído às normas estabelecidas pelo regime de substituição tributária, através de Termo de Acordo. (Conv. ICMS 50/99 para veículos de 4 rodas e Conv. ICMS 28/99 para veículos de 2 rodas)

A base de cálculo é o preço máximo ou único de venda a consumidor fixado pela autoridade competente para óleo diesel e GLP.

As margens de lucro previstas no Protocolo ICMS 11/91, efeitos a partir de 01/06/91, com as Alterações dos Protocolos ICMS 31/91 e 58/91, são as seguintes nas operações interestaduais:

Estados Signatários: AC, AL, AP, BA, DF, ES GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SP e TO

PRODUTO	EMBALAGEM	INDÚSTRIA	DISTRIBUIDOR
REFRIGERANTE	Garrafa = ou > 600 ml	140%	40%
ÁGUA MINERAL, POTÁVEL GASOSA OU NÃO, NATURAL	Garrafa plástica de 1.500 ml	120%	70%
REFRIGERANTE, ÁGUA MINERAL,	Pré-mix ou post-mix,	140%	100%



GASOSA OU NÃO, POTÁVEL, NATURAL	água, embalagem plástica e copo plástico de até 500 ml		
CHOPE		140%	115%
ÁGUA MINERAL, GASOSA OU NÃO, POTÁVEL, NATURAL	Vidro retornável ou não até 500ml	250%	170%
ÁGUA MINERAL, GASOSA OU NÃO, POTÁVEL, NATURAL	Vidro não retornável até 300ml	140%	100%
ÁGUA MINERAL, GASOSA OU NÃO POTÁVEL, NATURAL	= ou > 5.000 ml	100%	70%
GELO (*)	Cubo ou barra	100%	70%
CERVEJAS E DEMAIS MERCADORIAS (água gaseificada ou aromatizada artificialmente, refri. c/ < de 600 ml e em lata)		140%	70%

**Nota:** As margens de lucro previstas no Protocolo ICMS 10/92 são as seguintes, nas operações interestaduais:

Estados Signatários: AC, AL, AM, AP, BA, CE, , MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE, TO

PRODUTO	INDÚSTRIA ou DISTRIBUIDOR
CERVEJA	140
REFRIGERANTE	140
CHOPE	115
XAROPE OU EXTRATO CONCENTRADO	100

**Nota:** Quando contribuinte deste Estado adquirir cervejas, chopes e refrigerantes procedentes de Estados do Norte ou do Nordeste, sendo estes signatários dos Protocolos ICMS 11/91 e 10/92, prevalecerão as disposições do Protocolo ICMS 10/92.

A retenção do imposto aplica-se somente às mercadorias destinadas aos Estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A retenção do imposto aplica-se somente às mercadorias destinadas aos Estados da Bahia e Acre.

## ANEXO 93

(a que se refere o inciso XX do art. 32)

Cód. NBM/SH	MATERIAL
3006.10.19	Fio de nylon 8.0
3006.10.19	Fio de nylon 10.0
3006.10.19	Fio de nylon 9.0
3004.90.99	Conjunto de troca para diálise peritoneal ambulatorial e automática
3006.10.90	Hemostático (base celulose ou colágeno)
3006.10.90	Tela inorgânica pequena (até 100 cm2)
3006.10.90	Tela inorgânica média (101 a 400 cm2)
3006.10.90	Tela inorgânica grande (acima de 401 cm2)

3006.40.20	Cimento ortopédico (dose 40 grs)
3701.10.10	Chapas e Filmes para raios-X, sensibilizados em uma face
3701.10.29	Outras chapas e filmes para raios-X
3701.10.10	Filmes especiais para raios-X sensibilizados em uma face
3702.10.20	Filmes especiais para raios-X sensibilizados em ambas as faces
3917.40.10	Conector completo com tampa
8421.29.11	Hemodialisador capilar
9018.39.21	Sonda para nutrição enteral
9018.39.22	Cateter balão para embolectomia arterial ou venosa
9018.39.29	Cateter ureteral duplo "rabo de porco"
9018.39.29	Cateter para subclavia duplo lumen para hemodiálise
9018.39.29	Guia metálico para introdução de cateter duplo lumen
9018.39.29	Dilatador para implante de cateter duplo lumen
9018.39.29	Cateter balão para septostomia
9018.39.29	Cateter balão para angioplastia, recém-nato, lactente., Berrmann
9018.39.29	Cateter balão para angioplastia transluminal percuta
9018.39.29	Cateter guia para angioplastia transluminal percuta
9018.39.29	Cateter balão para valvoplastia
9018.39.29	Guia de troca para angioplastia
9018.39.29	Cateter multipolar (estudo eletrofisiológico/diagnóstico)
9018.39.29	Cateter multipolar (estudo eletrofisiológico/terapêutico)
9018.39.29	Cateter atrial/peritoneal
9018.39.29	Cateter ventricular com reservatório
9018.39.29	Conjunto de cateter de drenagem externa
9018.39.29	Cateter ventricular isolado
9018.39.29	Cateter total implantável para infusão quimioterápica
9018.39.29	Introdutor para cateter com e sem válvula
9018.39.29	Cateter de termodiluição
9018.39.29	Cateter tenckhoff ou similar de longa permanência para diálise peritoneal
9018.39.29	Kit cânula
9018.39.29	Conjunto para autotransfusão
9018.39.29	Dreno para sucção
9018.39.29	Cânula para traqueostomia sem balão
9018.39.29	Sistema de drenagem mediastinal
9018.90.40	Rins artificiais
9018.90.95	Clips para aneurisma
9018.90.95	Kit grameador intraluminal Sap
9018.90.95	Kit grameador linear cortante
9018.90.95	Kit grameador linear cortante + uma carga
9018.90.95	Kit grameador linear cortante + duas cargas
9018.90.95	Grampos de Blount
9018.90.95	Grampos de Coventry

9018.90.95	Clips venoso de prata
9018.90.99	Bolsa para drenagem
9018.90.99	Linhas arteriais
9018.90.99	Conjunto descartável de circulação assistida
9018.90.99	Conjunto descartável de balão intra-aórtico
9019.20.10	Oxigenador de bolha com tubos para Circulação Extra Corpórea
9019.20.10	Oxigenador de membrana com tubos para Circulação Extra Corpórea
9019.20.90	Hemoconcentrador para circulação extracorpórea
9019.20.90	Reservatório para cardioplegia com tubo sem filtro
9021.11.10	Endoprótese total biarticulada
9021.11.10	Componente femural não cimentado
9021.11.10	Componente femural não cimentado para revisão
9021.11.10	Cabeça intercambiável
9021.11.10	Componente femural
9021.11.10	Prótese de quadril thompson normal
9021.11.10	Componente total femural cimentado
9021.11.10	Componente femural parcial sem cabeça
9021.11.10	Componente femural total cimentado sem cabeça
9021.11.10	Endoprótese femural distal com articulação
9021.11.10	Endoprótese femural proximal
9021.11.10	Endoprótese femural diafisária
9021.11.90	Espacador de tendão
9021.11.90	Prótese de silicone
9021.11.90	Componente acetabular metálico + polietileno
9021.11.90	Componente acetabular metálico + polietileno para revisão
9021.11.90	Componente patelar
9021.11.90	Componente base tibial
9021.11.90	Componente patelar não cimentado
9021.11.90	Componente plateau tibial
9021.11.90	Componente acetabular charnley convencional
9021.11.90	Tela de reforço de fundo acetabular
9021.11.90	Restritor de cimento acetabular
9021.11.90	Restritor de cimento femural
9021.11.90	Anel de reforço acetabular
9021.11.90	Componente acetabular polietileno para revisão
9021.11.90	Componente umeral
9021.11.90	Prótese total de cotovelo
9021.11.90	Prótese ligamentar qualquer segmento
9021.11.90	Componente glenoidal
9021.11.90	Endoprótese umeral distal com articulação
9021.11.90	Endoprótese umeral proximal
9021.11.90	Endoprótese umeral total
9021.11.90	Endoprótese umeral diafisária

9021.11.90	Endoprótese proximal com articulação
9021.11.90	Endoprótese diafisária
9021.19.20	Parafuso para componente acetabular
9021.19.20	Placa com finalidade específica L/T/Y
9021.19.20	Placa auto compressão largura até 15 mm comprimento até 150 mm
9021.19.20	Placa auto compressão largura até 15 mm comprimento acima 150 mm
9021.19.20	Placa auto compressão largura até 15 mm para uso parafuso 3,5 mm
9021.19.20	Placa auto compressão largura acima 15 mm comprimento até 220 mm
9021.19.20	Placa auto compressão largura acima 15 mm comprimento acima 220 mm
9021.19.20	Placa reta auto compressão estreita (abaixo 16 mm)
9021.19.20	Placa semitubular para parafuso 4,5 mm
9021.19.20	Placa semitubular para parafuso 3,5 mm
9021.19.20	Placa semitubular para parafuso 2,7 mm
9021.19.20	Placa angulada perfil "U" osteotomia
9021.19.20	Placa angulada perfil "U" autocompressão
9021.19.20	Conjunto placa angular (placa tubo + parafuso deslizante + contra-parafuso)
9021.19.20	Placa Jewett comprimento até 150 mm
9021.19.20	Placa Jewett comprimento acima 150 mm
9021.19.20	Conjunto placa tipo coventry (placa e parafuso pediátrico)
9021.19.20	Placa com finalidade específica - todas para parafuso até 3,5 mm
9021.19.20	Placa com finalidade específica - todas para parafuso acima 3,5 mm
9021.19.20	Placa com finalidade específica - cobra para parafuso 4,5 mm
9021.19.20	Haste intramedular de ender
9021.19.20	Haste de compressão
9021.19.20	Haste de distração
9021.19.20	Haste de luque lisa
9021.19.20	Haste de luque em "L"
9021.19.20	Haste intramedular de rush
9021.19.20	Retângulo tipo hartshill ou similar
9021.19.20	Haste intramedular de Kuntscher tibial bifenestrada
9021.19.20	Haste intramedular de Kuntscher femoral bifenestrada
9021.19.20	Arruela para parafuso
9021.19.20	Arruela em "C"
9021.19.20	Gancho superior de distração (todos)
9021.19.20	Gancho inferior de distração (todos)
9021.19.20	Ganchos de compressão (todos)
9021.19.20	Arruela dentada para ligamento
9021.19.20	Pino de Kknowles
9021.19.20	Pino tipo Barr e Tibiais
9021.19.20	Pino de Gouffon

9021.19.20	Prego "OPS"
9021.19.20	Parafuso cortical, diâmetro de 4,5 mm
9021.19.20	Parafuso cortical diâmetro $\geq$ a 4,5 mm
9021.19.20	Parafuso maleolar (todos)
9021.19.20	Parafuso esponjoso, diâmetro de 6,5 mm
9021.19.20	Parafuso esponjoso, diâmetro de 4,0 mm
9021.19.20	Porca para haste de compressão
9021.19.20	Fio liso de Kirschner
9021.19.20	Fio liso de Steinmann
9021.19.20	Prego intramedular "rush"
9021.19.20	Fio rosqueado de Kirschner
9021.19.20	Fio rosqueado de Steinmann
9021.19.20	Fio maleável (sutura ou cerclagem diâmetro menor 1,00 mm por metro)
9021.19.20	Fio maleável (sutura ou cerclagem diâmetro $\geq$ 1,00 mm por metro)
9021.19.20	Fio maleável tipo luque diâmetro $\geq$ 1,00 mm
9021.19.20	Fixador dinâmico para mão ou pé
9021.19.20	Fixador dinâmico para buco-maxilo-facial
9021.19.20	Fixador dinâmico para radio ulna ou úmero
9021.19.20	Fixador dinâmico para pelve
9021.19.20	Fixador dinâmico para tibia
9021.19.20	Fixador dinâmico para femur
9021.30.11	Prótese valvular mecânica de bola
9021.30.11	Anel para aneloplastia valvular
9021.30.11	Prótese valvular mecânica de duplo folheto
9021.30.11	Prótese valvular mecânica de baixo perfil (disco)
9021.30.19	Prótese valvular biológica
9021.30.30	Enxerto arterial tubular bifurcado inorgânico
9021.30.30	Enxerto arterial tubular orgânico
9021.30.30	Enxerto arterial tubular valvado orgânico
9021.30.80	Prótese para esôfago
9021.30.80	Tubo de ventilação de teflon ou silicone
9021.30.80	Prótese de aço-teflon
9021.30.80	Patch inorgânico (por cm <sup>2</sup> )
9021.30.80	Patch orgânico (por cm <sup>2</sup> )
9021.50.00	Marcapasso cardíaco multiprogramável com telimetria
9021.50.00	Marcapasso cardíaco câmara dupla
9021.90.19	Filtro de linha arterial
9021.90.19	Reservatório de cardiectomia
9021.90.19	Filtro de sangue arterial para recirculação
9021.90.19	Filtro para cardioplegia
9021.90.80	Conjunto para hidrocefalia de baixo perfil
9021.90.80	Coletor para unidade de drenagem externa

9021.90.80	Shunt lombo-peritonal
9021.90.80	Conector em "Y"
9021.90.80	Conjunto para hidrocefalia standard
9021.90.80	Válvula para hidrocefalia
9021.90.80	Válvula para tratamento de ascite
9021.90.91	Introdutor de punção para implante de eletrodo endocárdico
9021.90.91	Eletrodo para marcapasso temporário endocárdico
9021.90.91	Eletrodo endocárdico definitivo
9021.90.91	Eletrodo epicárdico definitivo
9021.90.91	Eletrodo para marcapasso temporário epicárdico
9021.90.99	Substituto temporário de pele (biológica/sinética) (por cm2)
9021.90.99	Enxerto tubular de ptfe (por cm2)
9021.90.99	Enxerto arterial tubular inorgânico
9021.90.99	Botão para crâneo"